



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PERSPETIVAS DOS PROFISSIONAIS E DAS FAMÍLIAS ADOTIVAS
SOBRE A CRIAÇÃO DE SERVIÇOS DE PÓS-ADOÇÃO EM PORTUGAL

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção
do grau de mestre em Ciências da Família, especialização em Orientação e
Mediação Familiar

Por

Ana Bárbara Nabais Cunha

Faculdade de Ciências Humanas – Instituto de Ciências da Família

Setembro 2014



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PERSPETIVAS DOS PROFISSIONAIS E DAS FAMÍLIAS ADOTIVAS
SOBRE A CRIAÇÃO DE SERVIÇOS DE PÓS-ADOÇÃO EM PORTUGAL

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção
do grau de mestre em Ciências da Família, especialização em Orientação e
Mediação Familiar

Por

Ana Bárbara Nabais Cunha

Faculdade de Ciências Humanas – Instituto de Ciências da Família

Sob orientação da Professora Doutora Rita Francisco

Setembro 2014

Resumo

A presente investigação tem como principal objetivo conhecer a perspetiva dos profissionais e das famílias adotivas sobre a necessidade de serviços de pós-adoção em Portugal. Participaram neste estudo de carácter qualitativo oito famílias adotivas residentes nos distritos de Lisboa e de Setúbal e quatro profissionais que atuam no serviço de adoção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e na Associação Meninos do Mundo. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com as famílias adotivas e um *focus group* com as profissionais.

Os resultados do estudo demonstraram que ambos os grupos de participantes revelam concordância em relação a vários desafios inerentes à parentalidade adotiva, como as necessidades específicas das crianças adotadas, os seus comportamentos, a dificuldade em estabelecer regras e rotinas, bem como a discriminação das quais as famílias adotivas são alvo. Verificou-se, no entanto, que existem algumas diferenças nas perspetivas das profissionais e famílias, tendo as profissionais considerado a revelação da adoção como um desafio importante, ao contrário dos pais adotivos, que mencionaram a procura da família biológica. O estudo permitiu igualmente conhecer as principais preocupações, dificuldades e necessidades sentidas pelas famílias adotivas e, conseqüentemente, perceber quais devem ser alvo de intervenção ao longo do ciclo de vida da família adotiva. Relativamente à estruturação dos eventuais serviços de pós-adoção em Portugal, as famílias e as profissionais destacaram a importância de profissionais especializados na área da adoção, bem como os grupos de apoio para os pais. Os pais adotivos evidenciaram ainda a necessidade de formações parentais específicas sobre adoção, através da realização de *workshops* e de *role-play* e igualmente o acompanhamento médico. As profissionais e as famílias estão ainda em sintonia sobre a importância de um apoio individual para cada família (e.g., orientação familiar, terapia familiar) bem como sobre o acompanhamento psicológico para os filhos. Esta investigação permitiu concluir que os serviços de pós-adoção são essenciais para acompanhar as famílias adotivas, de modo a que estas tenham apoio especializado quando sentirem necessidade e consoante as suas dificuldades.

Palavras-chave: Adoção, Necessidades, Dificuldades, Desafios, Serviços de Pós-Adoção, Famílias Adotivas, Profissionais Especializados.

Abstract

The main purpose of this research focuses on the perspective of professionals and adoptive families about the need for post-adoption services in Portugal. Eight adoptive families residing in the districts of Lisboa and Setúbal and four professionals working in adoption service of Santa Casa da Misericórdia de Lisboa and in the Associação Meninos do Mundo have accepted to participate in this qualitative study that included semi-structured interviews with adoptive families and a focus group with professionals as research methodologies.

The results of the study showed that both groups of participants agree with several challenges inherent to adoptive parenthood, as specific needs of adopted children, their behavior and difficulties in establishing rules and routines as well as discrimination concerns. It was found, however, differences in the professionals' perspectives and families, professionals defined adoption revelation as a key challenge unlike parents who mentioned the search for biological family. This study also allowed for better understanding of the main concerns, needs and difficulties experienced by adoptive families and hence realize which should be targeted for intervention along the life cycle of the adoptive family. Regarding the structuring of post-adoption services in Portugal, families and professionals highlighted the importance of skilled professionals in the area of adoption as well as support groups for parents. Adoptive parents also pointed out the need for specific training on parental adoption namely through workshops, role-play and medical monitoring. In addition, both professionals and families agree about the importance of individual support for each family (e.g., family counseling, family therapy) as well as psychological support for the children. This investigation has concluded that post-adoption services are essential to support adoptive families, so that they have qualified expert backing adjusted to their specific needs and difficulties.

Key-words: Adoption, Needs, Problems, Challenges, Post-Adoption Services, Adoptive families, Skilled Professionals.

Dedico o presente estudo a todas as famílias adotivas e a todas as crianças e jovens que esperam um dia ser adotadas!

Agradecimentos

À Professora Doutora Rita Francisco, por todo o acompanhamento ao longo destes meses.

Aos meus pais, que no fundo sempre acreditaram em mim.

À minha irmã Joana e ao Sérgio por me aconselharem, em virtude das suas experiências profissionais.

Aos meus avós e tia, pela preocupação em verem a minha vida organizada.

Ao Mário, por todo o apoio e incentivo.

Às minhas queridas amigas, Susana Silvestre, Rita Malícia, Joana Machado, Rita Santos e Rita Mariano, pela amizade.

Às colegas de mestrado, pelo companheirismo e motivação.

Aos pais adotivos e às profissionais do Serviço de Adoção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Associação Meninos do Mundo, sem a vossa participação este estudo não seria possível.

Ao Instituto da Segurança Social, pelos preciosos dados que me foram cedidos.

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Teórico	3
1. Enquadramento legal da adoção	3
2. Da decisão à concretização da adoção.....	5
3. O ciclo vital da família adotiva.....	7
4. O porquê da necessidade de intervenção na etapa pós-adotiva	9
5. Intervenção com famílias adotivas	11
5.1. Período de pré-adoção	11
5.2. Período de pós-adoção.....	12
5.3. Estruturação dos serviços de pós-adoção	13
II. Metodologia	16
1. Pergunta de partida e objetivos da investigação.....	16
2. Mapa conceptual.....	16
3. Desenho da investigação	17
4. Processo metodológico	18
4.1. Amostra	18
4.2. Instrumentos	19
4.3. Procedimentos	20
4.3.1. Recolha de dados.....	20
4.3.2. Análise de dados.....	21
III. Apresentação e Análise dos Resultados	22
IV. Discussão dos Resultados	52
V. Conclusão	64
Bibliografia	69

Apêndices

- A** Guião de entrevistas realizadas às famílias adotivas
- B** Guião do *focus group* realizado com as profissionais
- C** Pedido de colaboração às profissionais
- D** Pedido de colaboração às famílias adotivas
- E** Consentimento informado para as profissionais
- F** Consentimento informado para as famílias adotivas
- G** Árvore de Categorias
- H** Árvore de Categorias - descrição

Índice de Figuras

- Figura 1.** Mapa Conceptual17

- Figura 2.** Perspetivas das profissionais sobre os motivos que levam as famílias adotivas a solicitar apoio39

- Figura 3.** Motivos para a existência e para a procura de um serviço de pós-adoção, na perspetiva das famílias.....42

- Figura 4.** Eventuais respostas de um serviço de pós-adoção.....48

Índice de Quadros

- Quadro 1.** Características dos processos de adoção19
- Quadro 2.** Desafios identificados pelas famílias adotivas e pelas profissionais23
- Quadro 3.** Dificuldades e necessidades identificadas pelas famílias adotivas34
- Quadro 4.** Preocupações identificadas pelas famílias adotivas37

Introdução

Nas últimas décadas nasceram novas formas de família que começaram a ocupar o seu lugar na sociedade, lado a lado com as famílias tradicionais. Atualmente, as famílias não são apenas constituídas por dois adultos de sexos diferentes que criam e educam os seus filhos biológicos. O atual conceito de família engloba também famílias monoparentais, famílias compostas por progenitores do mesmo sexo, famílias adotivas, entre outras, sendo que cada uma vivencia experiências únicas (Wilson, 2004).

As famílias adotivas, embora tenham uma importância essencial na nossa sociedade são, muitas vezes, discriminadas pela própria que não lhes reconhece essa mesma importância. A adoção surge como uma alternativa à família biológica, quando esta não proporciona um ambiente favorável ao desenvolvimento da criança pela qual é responsável. No entanto, esta solução é desvalorizada por alguns face à inexistência de laços de sangue entre pais e filhos.

A função parental representa uma enorme responsabilidade, quer para as famílias adotivas, quer para as não adotivas, e embora todas passem pelos mesmos processos, as famílias adotivas experienciam algumas especificidades, como a revelação da adoção e a procura da família biológica. Estas particularidades podem por vezes representar dificuldades, que diferem de família para família, de acordo com as características e potencialidades dos vários elementos. Neste sentido, várias investigações têm vindo a defender a necessidade de apoiar as famílias adotivas na fase de pós-adoção, em virtude de se despoletarem nesta fase vários desafios.

Em Portugal, o apoio na fase de pós-adoção é quase inexistente, contabilizando-se poucas instituições que, em virtude da sua localização geográfica, não conseguem dar resposta a todas as famílias adotivas. Acresce ainda o facto de que seria mais vantajoso que estes serviços fossem oferecidos pelas entidades que regulam a adoção, de modo a dar-se continuidade ao acompanhamento desenvolvido até à pré-adoção.

A presente investigação segue uma estrutura lógica, encontrando-se dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, o enquadramento teórico, será feito um breve enquadramento legal da adoção, bem como serão destacados estudos relativos ao processo de adoção, às etapas específicas da parentalidade adotiva, à importância da intervenção na fase de pós-adoção e sobre a estruturação de serviços de pós-adoção. O segundo capítulo, a metodologia, dará a conhecer a pergunta de partida e objetivos do estudo, o mapa

conceptual, o desenho da investigação, a amostra, instrumentos e procedimentos de recolha e análise dos dados. No terceiro capítulo, serão apresentados os resultados do estudo e no quarto capítulo discutir-se-ão os resultados obtidos de acordo com as investigações sobre o tema realizadas até ao momento. Por último, a conclusão, no qual serão colocados em evidência os principais aspetos do estudo, destacando-se os principais resultados alcançados, bem como refletir-se-á sobre os contributos e limitações do mesmo.

I. Enquadramento Teórico

1. Enquadramento legal da adoção

A adoção trata-se de uma realidade de enorme complexidade, que tem sido alvo de enfoque nos últimos anos, em Portugal. No entanto, é necessário recuar no tempo para que se possa compreender como surgiu, bem como para entender como se encontra legalmente enquadrada.

O n.º 3 do artigo 16º da Declaração Universal dos Direitos do Homem adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 estabelece que a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado. Aprovada e decretada em 1976, a Constituição da República Portuguesa no n.º 1 do artigo 67º determina que a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros. No n.º 1 do artigo 69º consta que as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), importante instrumento criado para promover a defesa dos direitos da criança a nível mundial, foi uma grande referência para os países que a ratificaram. Portugal tomou essa decisão em 1990 e conseguiu posteriormente desenvolver e colocar em prática políticas sociais com o intuito de melhor intervir na área das crianças. Apesar de existir legislação relativa à adoção desde 1977 (Código Civil), foi a partir da década de 90 que se criaram novas leis e decretos-lei, destacando-se a lei 147/99, de 1 de Setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), que tem como objetivo promover e proteger os direitos das crianças e jovens em perigo, assegurando o seu bem-estar e desenvolvimento. Esta lei tem uma importância fulcral, no que diz respeito à adoção e não só, dado que as crianças encaminhadas para a adoção são, maioritariamente, crianças que se encontram em situação de perigo. Na perspetiva de Amaro (1994) a principal função da adoção é a descrita anteriormente, mesmo que não seja a principal motivação para adotar.

Sendo a família caracterizada como o primeiro e o mais importante grupo social, é possível afirmar que a adoção emerge como resposta para crianças sem família ou cujas famílias não desempenham os papéis considerados adequados. Para Silva (1994), em

Portugal e na maioria dos países europeus, a preocupação primordial da adoção é dar uma família a uma criança ou jovem sem família.

No entanto, os profissionais que intervêm na área dos menores em perigo tentam ao máximo que estes se mantenham com as suas famílias. “O quadro legal em vigor privilegia a família da criança: o Tribunal esgota em primeiro lugar todas as hipóteses de colocação na família biológica” (Delgado, 2006, p.179). Por outras palavras, a retirada dos menores da família de origem só acontece quando não existe outra hipótese, sendo assim a adoção vista com uma solução. Este facto pode-se comprovar no n.º 6 do artigo 36º da Constituição da República Portuguesa, onde se reconhece que os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.

O interesse superior da criança está sempre em primeiro lugar. Segundo o artigo 4º da lei 147/99, de 1 de Setembro, o interesse superior da criança é um dos princípios orientadores da intervenção para com as crianças e jovens em perigo, o que justifica que a adoção seja encarada como uma medida de promoção e proteção. A lei, no seu artigo 35º, apresenta diversas medidas de promoção e proteção, encontrando-se entre elas, a confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista à futura adoção.

Segundo o artigo 1586º do Código Civil, a adoção é o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas. De acordo com o artigo 1974º da lei 31/2003, de 22 de Agosto, a adoção visa realizar o superior interesse da criança e será decretada quando apresente reais vantagens para o adotando, se funde em motivos legítimos, não envolva sacrifício injusto para os outros filhos do adotante e seja razoável supor que entre o adotante e o adotando se estabelecerá um vínculo semelhante ao da filiação.

Como se pode comprovar pelo artigo 1977º (Redação do Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro) existem dois tipos de adoção, podendo a adoção ser plena ou restrita, consoante a extensão dos seus efeitos. Na adoção plena a criança ou jovem adotado torna-se filho do adotante e passa a fazer parte da sua família; deixa de ter relações familiares com a sua família de origem; perde os seus apelidos de origem e adquire os apelidos dos adotantes e pode, nalgumas situações, mudar o nome próprio (se o adotante o pedir e o tribunal concordar). A adoção plena é definitiva, não podendo ser revogada, nem mesmo por acordo entre o adotante e o adotado. Os direitos sucessórios dos adotados são os

mesmos dos descendentes naturais. Na adoção restrita a criança ou jovem adotado mantém todos os direitos e deveres em relação à família de origem (salvas algumas restrições estabelecidas na lei); pode receber apelidos do adotante, a pedido deste, ficando com um novo nome, mas mantém um ou mais apelidos da família de origem e o adotado, ou os seus descendentes, e os parentes do adotante não são herdeiros uns dos outros nem estão reciprocamente obrigados à prestação de alimentos. Importa ainda mencionar que a adoção restrita pode, em determinadas circunstâncias, ser revogada e pode a todo o momento por decisão judicial ser convertida em adoção plena, a pedido dos adotantes e desde que se verifiquem os requisitos exigidos na lei (ISS-IP, 2013).

2. Da decisão à concretização da adoção

Quando nos debruçamos sobre o fenómeno da adoção, não nos podemos esquecer que este engloba diversos pressupostos, o que justifica a sua complexidade. Segundo Salvaterra e Veríssimo (2008, p.501), a adoção “(...) visa dar uma família à criança cujos pais biológicos não são capazes, não têm vontade ou estão legalmente proibidos de tomarem conta da criança”. Em Portugal e em muitos outros países, a principal motivação para a adoção deve-se à impossibilidade de ter filhos biológicos, ou seja, os casais que mais adotam são aqueles que se deparam com o problema da infertilidade. O estudo realizado por Salvaterra e Veríssimo (2008)¹ revela que das 461 famílias adotivas participantes 57,2% apontaram a infertilidade como o motivo para adotar. Relativamente aos casais que adotaram por solidariedade contabilizaram-se apenas 30 famílias (5,6%). São assim observáveis dois tipos de adoção: a tradicional e a preferencial (Anderson, Piantanida & Anderson, 1993, citado por Palacios & Rodrigo, 1998).

Para os casais inférteis, magoa muito saber que não se pode ter filhos (Sá, Sottomayor, Rosinha & Cunha, 2005). Existem vários fatores de stress decorrentes da situação de infertilidade (psicológicos, físicos, sociais). Inicialmente, os casais decidem recorrer a tratamentos de fertilidade e quando estes não resultam, a adoção é equacionada como solução. No entanto, os casais inférteis são alvo de stress em dois momentos: quando descobrem que são inférteis e ao longo de todo o processo de avaliação da candidatura à

¹ Estudo realizado com 461 famílias que adotaram 540 crianças, no Distrito de Lisboa (exceto cidade de Lisboa), através do Serviço de Adoções do Centro Distrital de Lisboa, entre 1984 e 2004.

adoção (e.g., tempo de espera, análise a que os candidatos são sujeitos), sendo que este segundo é vivenciado por todas as pessoas que decidem adotar.

Em Portugal, em 2012 o tempo médio de espera dos candidatos à adoção apontava para 3 anos. Em finais de 2012, contabilizaram-se 1909 candidaturas a aguardar resposta, sendo que apenas 511 crianças se encontravam em situação de adotabilidade, no mesmo período.²

O processo de adoção é moroso e exigente, pois são exigidas certas características (idade, condições económicas e psicológicas) que são investigadas e avaliadas pelos serviços competentes. Foli e Thompson (2006, p.25) argumentam que “(...) é gasta uma quantidade considerável de energia durante o período de pré-colocação. Papelada aparentemente interminável e intrusa, requisitos das agências estatais (...)”.

A decisão de adotar deve ser alvo de reflexão, dado que implica um compromisso vitalício. Na perspetiva de Brandão (1994), o casal assume para sempre os direitos e deveres inerentes à sua função parental, a partir do momento em que aceita uma criança. A complexidade da adoção e a necessidade da existência de uma relação entre duas partes, o adotante e o adotado, é defendida por diversos autores. Berger (1998) considera que a adoção é um processo recíproco, em que os progenitores têm de adotar os seus filhos e os filhos têm que adotar os pais. Mais uma vez, Sá et al. (2005) argumentam que, se para as crianças não é simples adotar os pais, também para os pais não é fácil adotar uma criança.

Para Rosenberg (1992, cit. por Mateus & Relvas, 2002), o processo de tomada de decisão da adoção pressupõe: o reconhecimento e aceitação da incapacidade para conceber um filho, a aceitação do casal em serem pais de uma criança com a qual não têm laços sanguíneos e a descoberta da criança que vão adotar.

As famílias adotivas podem distinguir-se por vários motivos, destacando-se: a motivação que as levou a adotar, a dinâmica de relações que se estabelece no interior da família, as características dos pais adotivos e das crianças adotadas. Já na década de 90, diferentes autores escreveram sobre a diversidade entre famílias adotivas. Diniz (1993), ao referir-se às dificuldades, afirma que estas não são iguais em todas as famílias e que nem sempre são as mesmas no seio de uma família. Para Palacios e Rodrigo (1998), é possível encontrar duas famílias adotivas que diferem mais entre si, do que uma família adotiva de

² Fonte: ISS-IP/DDSP

uma família biológica. No entanto, apesar das famílias adotivas divergirem entre si, todas elas atravessam obrigatoriamente determinadas etapas.

3. O ciclo vital da família adotiva

A família adotiva nasce com a chegada da criança (Rosenberg, 1992, cit. por Alarcão, 2000). O estabelecimento do vínculo afetivo com a criança desenvolve-se na primeira etapa que a família atravessa, ou seja, o início da parentalidade. Portanto, a partir deste momento a vida de todos os elementos familiares é alvo de mudanças, face ao surgimento deste novo vínculo.

De acordo com Levy-Shiff, Goldshmidt e Har-Even (1991), as dificuldades sentidas pelos pais adotivos manifestam-se nas fases iniciais da parentalidade. De facto, a parentalidade adotiva é muitas vezes classificada como problemática, dado que os pais adotivos se confrontam com desafios, momentos de stress, exigências e conflitos únicos (Levy-Shiff et al., 1991; Palacios & Rodrigo, 1998). Mateus e Relvas (2002) defendem que é preciso saber lidar com algumas especificidades que as famílias adotivas apresentam.

Na perspetiva de Alarcão (2000, p.222), na primeira etapa os pais adotivos “(...) têm, muitas vezes, receio de não conseguir moldar a criança às suas próprias características ou de não se adaptarem eles à criança (...)”. Pensando igualmente no papel das crianças, para aquelas que são mais crescidas o processo de vinculação à sua nova família pode revelar-se mais difícil, pois existe uma certa probabilidade destas sentirem receio de ser novamente abandonadas, o que se deverá à experiência de uma vinculação insegura. Por este motivo, os pais adotivos devem esforçar-se para formar o sentido de identidade e o sentimento de pertença, considerados inatos nas famílias biológicas.

Além da fase de adaptação, existem muitos outros momentos que podem preocupar os pais adotivos e inquietar as crianças, sendo estes perfeitamente normais e impossíveis de evitar. Quando as crianças se encontram em idade escolar, face à evolução das suas aptidões cognitivas, começam a compreender a diferença entre nascimento e adoção, o que exige que os pais lhe revelem que é adotada (Alarcão, 2002). Os resultados do estudo de Huber e Siqueira (2010)³ demonstraram existir receio no momento da “revelação”, ou seja, quando os pais dão a conhecer ao seu filho que este é adotado. Brodzinsky (2011) defende

³ Estudo realizado com quatro casais com idades compreendidas entre os 31 e 50 anos, que se encontravam em lista de espera, entre 6 meses e 3 anos, para a adoção.

que dois dos mais importantes desafios dos pais adotivos caracterizam-se por: como partilhar informação com a criança sobre a sua situação de adotabilidade e como ajudá-la a perceber o significado e a implicação de ser adotada. Este mesmo autor menciona que os pais, geralmente, começam com informação muito básica sobre o passado da criança, evoluindo este processo à medida que a criança cresce, razão pela qual afirma que “discutir” a adoção é um processo e não um evento. No entanto, Sousa (2012) argumenta que alguns autores defendem que a altura adequada para a criança saber que é adotada é entre os 3 e os 4 anos, ou seja, antes de ingressar num equipamento escolar; outros consideram que entre os 3 e os 6 anos tal comunicação não deve ser feita, em virtude da criança se encontrar no “apogeu do conflito edipiano” e por último, outros autores referem que a altura mais apropriada é quando a criança começa a colocar questões sobre o nascimento dos bebés.

A etapa da adolescência pode ser extremamente complicada. Segundo Pivnick (2010) os desafios na adolescência com os quais os jovens adotados se confrontam são mais predominantes e acentuados, comparativamente com os jovens não adotados. Os pais adotivos temem que os seus filhos os abandonem para ficarem com a família biológica ou os castiguem, por terem sido privados de contato com as suas origens, ao serem adotados (Alarcão, 2000). Com a descoberta da adoção podem surgir sentimentos de revolta, nesta fase, face à perceção de uma nova realidade, mas tal não significa que o adolescente passe a odiar os pais adotivos. Neste momento, é também natural que este sinta uma profunda necessidade e desejo em conhecer os seus pais biológicos, bem como a sua origem. O sentimento de perda poderá estar na base desta vontade, dado que existe “(...) não só um desgosto pelos pais que não se conheceram, mas por outros aspetos pessoais que foram perdidos face à adoção: a perda das origens, perda da identificação pessoal completa, perda da continuidade genealógica” (Brodzinsky, Schechter & Henig, 1993, cit. por Leon, 2002, p.652). É, assim, de esperar que o jovem manifeste diferentes sentimentos, quer com a família adotiva, quer face à família natural. Este período caracteriza-se por um período de enorme ansiedade quer para o adotante, quer para o adotado.

A etapa seguinte do ciclo vital encontra-se relacionada com a decisão do jovem/adulto em deixar o seu lar, podendo esta ser vista como positiva ou negativa. A saída dos filhos pode ser sentida pelos pais adotivos como um abandono ou como uma rejeição, sendo que maioritariamente reforça os vínculos afetivos e os laços familiares.

Nesta fase, o jovem/adulto pode partir em busca de novas respostas acerca das suas origens ou abandoná-las. Poderá também constituir família, através do casamento e/ou filhos (Alarcão, 2000).

Por último, surge o envelhecimento/morte dos pais adotivos. Nesta etapa, estes “(...) reconhecem a existência de uma hereditariedade psicológica o que os tranquiliza relativamente à continuidade da família e à perpetuação da sua memória” (Alarcão, 2000, p.227). Este momento poderá ser de grande sofrimento para os filhos adotivos, existindo a possibilidade destes o encarem como um segundo abandono.

4. O porquê da necessidade de intervenção na etapa pós-adotiva

Gomes e Santos (2012) defendem que a realidade enfrentada pelos pais adotivos diferencia-se consideravelmente da que é vivenciada pelos pais biológicos, dada a existência de tarefas parentais adicionais desempenhadas pelos pais adotivos, as quais foram abordadas anteriormente.

Brodzinsky (2011) considera que a adoção está associada a recompensas e igualmente a desafios, na vida das crianças adotadas e dos pais adotivos. As famílias adotivas experienciam momentos muito específicos, podendo estes ser muito stressantes. Estes momentos integram obrigatoriamente o ciclo adotivo, sendo que podem ter um maior ou menor grau de stress, dependendo do modo como são vividos. Neste sentido, importa destacar o conceito de depressão pós-adotiva, tendo surgido em 1995 por June Bond, que escreveu um artigo sobre este tema, o que permitiu que a sociedade começasse a dar importância ao mesmo e conseqüentemente refletisse sobre a necessidade de apoiar as famílias em pós-adoção. Segundo Foli e Thompson (2006) a depressão pós-adotiva pode ocorrer vários anos depois da criança ter sido adotada e manter-se por vários anos; existe também a possibilidade de remissões e recaídas, podendo ter início como uma depressão aguda originada por um acontecimento específico e posteriormente transformar-se numa depressão contínua e crónica. A depressão pós-adotiva pode estar associada a alguns aspetos identificados na depressão materna biológica, tais como privação do sono, neste caso das mães, temperamento e problemas comportamentais da criança (Gair, 1999, cit. por McKay, Ross & Goldberg, 2010).

Relativamente às características das crianças adotadas, Berger (1998) afirma que a maioria foi negligenciada e alvo de maus tratos. Grau e Mora (2010) ressaltam que os

traumas vivenciados pelas crianças nos primeiros anos de vida deixam sequelas e que é frequente as crianças sofrerem mais tarde as consequências desses traumas. Outro facto importantíssimo relativo ao passado traumático das crianças adotadas encontra-se relacionado com a vinculação. Segundo John Bowlby (1980, cit. por Watson, 1997, p.160), “as relações de vinculação com os outros seres humanos são o centro em torno do qual a vida das pessoas gira (...)”. No caso das crianças adotadas, estas sentem receio em confiar nos adultos (e.g., cuidadores das instituições de acolhimento, pais adotivos), apresentando, maioritariamente uma postura defensiva, o que condiciona a construção de novas relações de vinculação (Schofield & Beek, 2011). Ainda sobre esta questão, McGinn (2007) argumenta que a confiança e a vinculação são faces da mesma moeda, dado que a existência de uma implica a existência da outra. Watson (1997) considera que mesmo com crianças mais crescidas, apesar de ser mais difícil, os pais adotivos podem proporcionar-lhes oportunidades para que estas aprendam a construir relações de vinculação. No entanto, defende que para as crianças aprenderem a fazê-lo, estas precisam de segurança e estabilidade. Nas palavras de Vinke (2014, p.150), “é necessário o enfoque na vinculação parental para a ajudar a criança a superar as experiências adversas por que já passou, restaurando a confiança básica e ajudando-a a aprender como se autorregular”. Porém, Fahlberg (a1997) considera que os pais adotivos podem necessitar de apoio no desenvolvimento de estratégias que proporcionem novas experiências que alterem a perceção da criança sobre as relações saudáveis entre os adultos e a sua própria autoestima.

Compreende-se que as crianças adotadas têm necessidades específicas, tais como: integração no seio de uma família estável e segura, reparação de danos físicos, emocionais e cognitivos e também, a necessidade de reconciliação com o seu passado, a sua história e as suas origens. Espera-se assim que os pais adotivos aceitem a história do adotado, que tenham capacidade para conviver com as suas memórias e que aceitem o direito que o adotado tem em conhecer a verdade sobre a adoção e as suas origens (Creste, 2008). Estas são exigências acrescidas à parentalidade adotiva, que não existem nas famílias não adotivas. Em 2001, McDonald, Propp e Murphy defendiam que devia ser dada uma maior atenção às necessidades das famílias adotivas para que se pudesse compreender melhor como apoiá-las.

É importante ter-se a noção de que, no caso de adoções sem sucesso, os problemas que as crianças adotadas apresentam são apenas um dos fatores que contribui para tal, pois

as características dos pais adotivos, bem como as relações entre pais e filhos são igualmente significativas (Palacios, Sánchez-Sandoval & León, 2005b, cit. por Palacios, 2007). No entanto, Barth e Miller (2000) defendem que existem adoções que não são interrompidas, mas que se mantêm com sérias dificuldades.

Tal como foi mencionado, as principais questões dos pais adotivos dizem respeito ao momento da revelação e à curiosidade que os filhos adotivos sentem em conhecer os seus pais biológicos. Quando é suposto os pais adotivos contarem ao seu filho que é adotado? Qual a melhor forma de o comunicar? Como se devem comportar, caso os filhos queiram conhecer os pais biológicos? Que informação devem partilhar e qual a que deve ser ocultada? “Alguns pais adotivos tencionam dizer a verdade à criança, mas parece que nunca encontram o momento certo para fazê-lo; outros pensam que estão a fazer o que está certo ao manter o assunto em segredo” (Markham, 2001, p.59). A sociedade não pode esperar que os pais adotivos tenham conhecimento de como reagir perante todas estas situações.

5. Intervenção com famílias adotivas⁴

Em virtude das especificidades vivenciadas na parentalidade adotiva, a literatura tem vindo a demonstrar a importância de acompanhar as famílias adotivas desde a fase de pré-adoção até à pós-adoção. Em Portugal, as entidades que regulam a adoção intervêm apenas até ao período de pré-adoção, exceto quando são solicitadas pelas famílias, apoiando-as de acordo com os seus recursos.

5.1. Período de pré-adoção

Tendo como referência o maior organismo no país, o Instituto da Segurança Social (ISS), importa conhecer brevemente a intervenção com as famílias adotivas desenvolvida pelas equipas de adoção, desde o início até à fase final.⁵

A intervenção com os candidatos à adoção tem início com a realização de uma avaliação para verificar se os mesmos dispõem das capacidades necessárias para se

⁴ Em Portugal, quem pretende adotar e reside no município de Lisboa deve dirigir-se à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML); quem reside no distrito de Lisboa deve inscrever-se no Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, e por último, nas outras zonas do país, a inscrição é feita nos Centros Distritais de Segurança Social da área da residência dos candidatos (continente e ilhas).

⁵ <http://www4.seg-social.pt/como-adotar> (último acesso em 2 de Maio de 2013).

tornarem pais adotivos, devendo estes ainda receber uma formação específica para a adoção. Posteriormente à avaliação da capacidade e idoneidade para adotar, efetuada pelos organismos de Segurança Social, segue-se uma fase de formação em que os candidatos selecionados recebem preparação para lidar com as especificidades da parentalidade adotiva.

Os selecionados, a quem foi reconhecida a idoneidade para adotar, são inscritos numa lista nacional de candidatos à adoção, sendo que os técnicos das equipas de adoção consultam a lista nacional para pesquisar candidatos a quem propor a adoção de crianças que se encontram em situação de adotabilidade. Quando é possível cruzar as características de determinada criança com as capacidades e pretensão de determinados candidatos, é feita uma proposta de adoção, sendo prestadas todas as informações que lhes permitam refletir e tomar uma decisão.

Se a proposta for aceite, inicia-se o período de vinculação observada, em que candidatos e criança são apresentados, intensificando-se progressivamente os contactos para verificar se há aceitação recíproca. Depois de um período de convivência entre o candidato e a criança durante o qual os serviços de adoção, através do acompanhamento da integração da criança na nova família, constatam a criação de verdadeiros laços afetivos, é pedido ao Tribunal que, através de uma sentença, estabeleça de forma definitiva a relação de filiação. Quando o Tribunal proferir a sentença, o processo de adoção estará concluído.

5.2. Período de pós-adoção

Há alguns anos que têm sido feitas algumas críticas relativamente à intervenção que é desenvolvida com as famílias adotivas, mais especificamente no período de pós-adoção. Além dos autores mencionados, existem muitos outros que defendem a necessidade de apoio às famílias adotivas na etapa pós-adotiva.

Palacios e Rodrigo (1998) argumentam que o modelo de relação com as famílias deve ser atualizado em profundidade: com as famílias que se propõem adotar, com as que se encontram a meio do processo de adoção e com as que já adotaram.

McDonald, Propp e Murphy (2001) afirmam que, muitas vezes, a atenção centra-se mais na urgência da colocação do que na manutenção das crianças nas suas novas famílias. Estes autores consideram que o processo de adoção não deve consistir apenas na junção entre crianças adotadas e pais adotivos, mas também deve ser dada importância à

preservação e apoio a partir do momento em que a família adotiva é formada. Igualmente, Foli e Thompson (2006) ao referirem-se ao ciclo de pós-adoção, consideram que este tem sido negligenciado, quer se prolongue por dias, semanas, meses ou anos.

Dhami, Mandel e Sothmann (2007), consideram que os serviços de pós-adoção são vitais para ajudar as famílias adotivas a lidar com as dificuldades que possam surgir. No mesmo sentido, também Palacios (2009) argumenta que é necessária intervenção profissional muito para além do momento da formalização da adoção, em virtude da procura de apoio para resolver problemas ou enfrentar dificuldades, por parte dos adotantes e dos adotados. O autor refere que muitas famílias adotivas necessitam de orientações concretas, em determinados momentos.

Mais uma vez, tendo como referência os resultados do estudo de Huber e Siqueira (2010, p.200), os participantes identificaram “(...) a necessidade de apoio durante a espera pelo filho e após a adoção, para que as angústias possam ser expressadas e eles possam ser orientados”.

Ser mãe ou pai adotivo é uma grande responsabilidade e por este motivo não se deve partir do pressuposto que se desempenham sem auxílio, neste caso, as funções parentais. Como argumentam Ferreira, Pires e Salvaterra (2004, p.409), o “(...) verdadeiro sentido da adoção é fornecer um lar securizante, permanente, protetor e promotor do desenvolvimento da criança”. Ora, tendo em conta este conceito e refletindo sobre o mesmo, as famílias adotivas precisam de ser acompanhadas para que o verdadeiro sentido da adoção se possa concretizar.

5.3. Estruturação dos serviços de pós-adoção

Na perspetiva de Palacios (2007), os serviços de pós-adoção devem estar disponíveis para as crianças e jovens adotados, família adotiva e família biológica dos adotados. No que diz respeito aos dois primeiros grupos, o autor refere que as necessidades referentes à etapa pós-adotiva são sentidas por ambos.

Barth, Gibbs e Siebenaler (2001, cit. por Palacios, 2007) consideram que os serviços de pós-adoção devem ser constituídos por quatro tipos de intervenção diferentes: educativa-formativa, clínica, assistencialista e facilitadora de redes de apoio. A educativa-formativa engloba reuniões, seminários, entre outros, onde sejam abordados temas concretos referentes à adoção; a clínica, como o próprio nome indica, é referente ao

tratamento clínico; a assistencialista traduz-se no apoio económico e, por último, os grupos de autoajuda e grupos coordenados por profissionais fazem parte da intervenção designada por facilitadora de redes de apoio.

De acordo com o programa do serviço de apoio pós-adotivo selecionado pelo Instituto Madrileno do Menor e da Família, existem cinco áreas de atuação: formação, orientação, apoio terapêutico, grupos de apoio terapêutico e acompanhamento terapêutico na procura da família biológica. A formação é concretizada através de palestras e workshops; a orientação consiste no apoio individualizado em virtude de possíveis dificuldades; o apoio terapêutico é dirigido a crianças/jovens, pais adotivos e poderá ser desenvolvido com toda a família, caso seja necessário; os grupos de apoio terapêutico, quer para jovens, quer para pais adotivos, têm como objetivo a partilha de obstáculos comuns. Por fim, o acompanhamento terapêutico na procura da família biológica é um tipo de apoio muito específico, direcionado para os jovens e também para os pais adotivos (Creste, 2008).

Na opinião de Torres (2008), os serviços de pós-adoção devem dar respostas às seguintes necessidades: orientação na fase de adaptação, análise objetiva da evolução da criança, revelação da adoção, insistência, aceitação ou negação das diferenças (entre família adotiva e biológica), crise adolescente e, por último, procura da família biológica.

Segundo o estudo publicado em 2010 pelo Instituto de Adoção Evan B. Donaldson (New York), as principais necessidades das famílias adotivas, bem como as respostas dos serviços pós-adoção mais procuradas são as seguintes: ajuda económica e assistência médica, apoio social e grupos de apoio, aconselhamento e intervenção clínica, apoio ao nível educativo e advocacia e coordenação de serviços.

Mais uma vez, Palacios (2007) considera que os serviços de pós-adoção devem ser capazes de responder de forma eficaz aos vários tipos de intervenção. Para tal, o autor defende a importância da existência de profissionais com conhecimentos sobre a adoção, pois na sua perspectiva são muito escassos, principalmente os psicólogos, que são imprescindíveis para a intervenção na área. No entanto, segundo estudos realizados com famílias adotivas que recorreram a serviços pós-adotivos, estas afirmaram preferir uma intervenção educativa, de apoio e de acompanhamento, em vez de uma intervenção clínica tradicional (Lernerz et al, 2006, Lahti, 2006, cit. por Palacios, 2007).

Há cerca de uma década, Fahlberg (1997) afirmava que os serviços de pós-adoção deveriam ser constituídos por profissionais que compreendessem as questões relativas à adoção, bem como ao sistema jurídico. Mais recentemente, Smith (2006b, cit. por Palacios, 2007) defende que estes devem ter conhecimentos sobre: adoção, consequências dos maus tratos infantis, problemas de saúde mental infantil, terapia familiar sistémica, modelos educativos familiares terapêuticos, entre outros.

É perceptível a diferença entre Portugal e outros países, tanto ao nível da intervenção, em que este tipo de apoio está muito mais desenvolvido, bem como ao nível da investigação, dado que não foram encontrados estudos sobre o período de pós-adoção no nosso país. Em Portugal, as respostas para apoiar as famílias adotivas na fase de pós-adoção são escassas, contabilizando-se poucas instituições que em virtude da sua localização geográfica não conseguem dar resposta a todas as famílias adotivas. Acresce ainda o facto deste apoio não ser oferecido pelas entidades que regulam a adoção, sendo que poderia ser vantajoso para as famílias e para os profissionais, face à continuidade do acompanhamento desenvolvido até à pré-adoção.

II. Metodologia

1. Pergunta de partida e objetivos da investigação

A presente investigação pretende responder à seguinte pergunta de partida: *Qual a pertinência, na perspetiva dos profissionais e das famílias adotivas, da criação de serviços de pós-adoção em Portugal?* Tendo como referência esta questão, definiram-se os seguintes objetivos:

Objetivos gerais

- Conhecer a perspetiva dos profissionais e das famílias adotivas sobre a necessidade de serviços de pós-adoção em Portugal;
- Contribuir para a criação de uma nova resposta que acompanhe a fase pós-adotiva destas famílias.

Objetivos específicos

- Identificar as dificuldades e necessidades sentidas pelas famílias adotivas desde o acolhimento da criança⁶;
- Analisar as experiências partilhadas pelos profissionais relativamente ao processo de adoção, especificamente quanto a dificuldades antecipadas pelas famílias adotivas e eventuais necessidades de apoio após o acolhimento da criança;
- Conhecer a opinião dos profissionais sobre a estruturação e modo de intervenção de eventuais serviços de pós-adoção em Portugal;
- Conhecer a opinião das famílias adotivas sobre eventuais respostas necessárias num serviço de pós-adoção em Portugal.

2. Mapa conceptual

O mapa conceptual permite observar graficamente os constructos alvos de investigação, bem como compreender como estes se encontram relacionados. Deste modo, como é possível verificar na figura 1, a investigação centra-se na importância do acompanhamento profissional às famílias adotivas na fase de pós-adoção. Dado este enfoque, o presente estudo é realizado com os principais intervenientes da área da adoção,

⁶ Desde o momento do acolhimento da criança pela nova família, ou seja, desde o início da fase de pré-adoção que tem cerca de 6 meses de duração.

ou seja, os profissionais e as famílias adotivas, que inevitavelmente interagem entre si. Constatam igualmente neste mapa conceptual três conceitos relevantes que traduzem as perspetivas dos intervenientes e que fundamentam a pertinência da construção dos serviços de pós-adoção em Portugal.

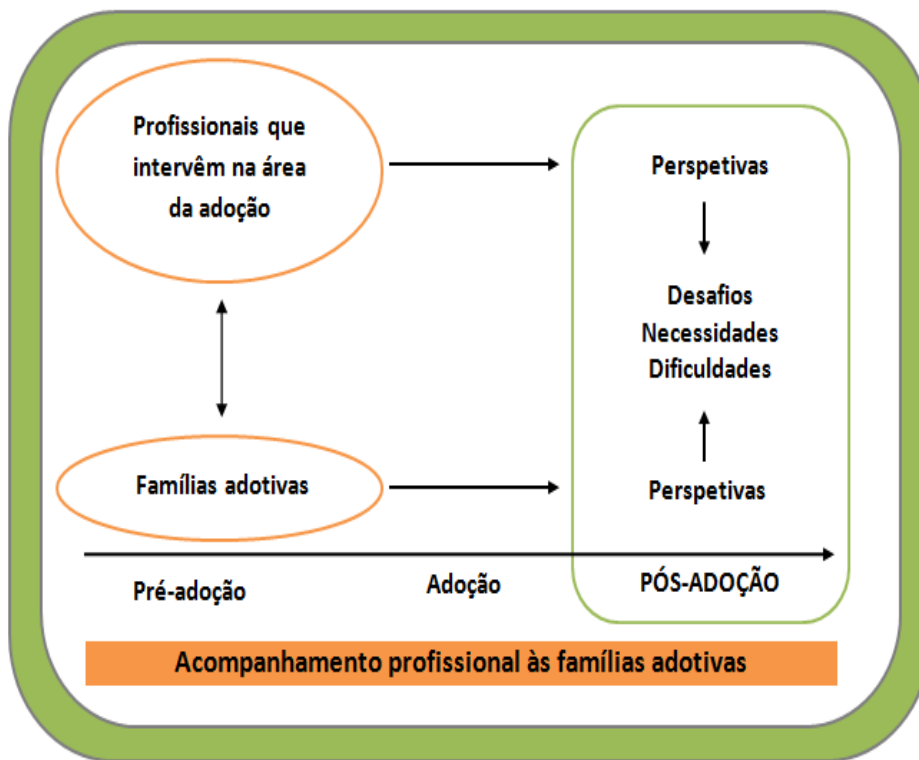


Figura 1: Mapa Conceptual.

3. Desenho da investigação

No que diz respeito ao tipo de desenho de investigação, este classifica-se como exploratório/observacional, em virtude de não existirem muitos estudos sobre o tema, razão pela qual não é possível definir hipóteses. É igualmente, um estudo transversal, uma vez que a população-alvo é estudada num único momento. De acordo com Wilson e Hutchinson (1997, p.64), a metodologia qualitativa tem “ (...) potencial para esclarecer significações pessoais, explicar a experiência humana, apresentar “histórias” ricas em detalhes (...)”. Neste sentido, a presente dissertação tem um carácter qualitativo, dado que para responder à pergunta de partida é necessária a utilização de uma análise mais centrada nos processos do que nos resultados, ou seja, os dados são recolhidos maioritariamente sob a forma de palavras do que de números, existindo assim um maior relevo em aspetos

subjetivos. Por último, a investigação enquadra-se no paradigma construtivista, uma vez que consideramos a realidade como uma construção social, o conhecimento é criado a partir da interação entre o investigador e os sujeitos da investigação (Guba & Lincoln, 1994).

4. Processo metodológico

4.1. Amostra

O processo de amostragem utilizado é não probabilístico/intencional com recurso a informantes estratégicos, dado que estes detêm informação pertinente para a concretização do presente estudo, razão pela qual a amostra é de conveniência. Importa mencionar que a amostra não é representativa da população, visto que é constituída por um número reduzido de participantes.

A amostra é constituída por oito casais adotivos heterossexuais, sendo que de dois casais apenas os elementos do sexo feminino foram entrevistados, dado que os respetivos cônjuges não puderam estar presentes. Dos elementos entrevistados, as mulheres (n=8) têm em média 43,4 anos (DP=6,9), tendo todas formação de nível superior. Relativamente aos homens (n=6), estes têm em média 44,3 anos (DP=5,3), três têm formação de nível superior e três têm o 12º ano de escolaridade.

Em função da sua área de residência, os casais foram acompanhados por diferentes entidades, responsáveis pelo acompanhamento do processo de adoção, mais concretamente três pelo Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, três pelo Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa e dois casais pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tal como se pode verificar no quadro 1. É igualmente possível observar neste quadro, características específicas das crianças adotadas, sendo que se contabilizam um total de 13 crianças, adotadas entre 1996 e 2013, pelos casais acima referidos. Quando adotadas as crianças tinham em média 3,1 anos de idade (DP=2,2) e atualmente têm em média 8,2 anos de idade (DP=4,3).

Quadro 1: Características dos processos de adoção.

Famílias	Entidade responsável pelo acompanhamento	Ano da adoção	Idade das crianças quando foram adotadas	Idades atuais das crianças/jovens
Família 1	CDSS de Setúbal	2013	5 anos	6 anos
Família 2	CDSS de Lisboa	2011	1,2,4 anos	3,5,6 anos
Família 3	CDSS de Lisboa	2006	1 ano	8 anos
Família 4	CDSS de Setúbal	2005	7 anos	15 anos
Família 5	SCML	2012	3 anos	4 anos
Família 6	CDSS de Setúbal	1996*	2 dias	17 anos
		2005	4 anos	13 anos
Família 7	SCML	2009	7 meses	5 anos
Família 8	CDSS de Lisboa	2010	2,4,7 anos	6,7,11 anos

* Criança adotada legalmente em 2002, mas a viver com os pais adotivos desde 1996.

Participaram ainda no estudo quatro profissionais que intervêm na área da adoção, sendo todas do sexo feminino, duas psicólogas, uma assistente social e uma jurista com idades compreendidas entre os 34 e 44 anos de idade (M=40,3 e DP=3,9).

4.2. Instrumentos

Junto das famílias adotivas, a recolha de dados ocorreu através da realização de oito entrevistas semiestruturadas (seis em casal e duas individualmente), uma a cada casal adotivo. É importante mencionar que este foi considerado o meio mais adequado para obter a informação pretendida com as famílias, dado que se considerou que a proximidade entre a investigadora e as mesmas iria permitir que se sentissem à vontade para abordarem assuntos relevantes para o estudo, tendo em conta a natureza pessoal para os mesmos. Este instrumento permite retirar informações e elementos de reflexão muito ricos (Quivy & Campenhoudt, 1998). O guião das entrevistas é composto por 13 questões com o objetivo de estabelecer linhas de orientação, dando alguma estrutura à entrevista, embora flexível. Em relação ao seu conteúdo, as questões dizem respeito aos desafios, dificuldades e

necessidades vivenciadas pelas famílias adotivas desde o acolhimento da criança. Previamente à colocação das questões foi feito um breve questionário sociodemográfico para se conhecer as idades, habilitações literárias, área de residência, ano de adoção da criança, entre outros aspetos (Ver Apêndice A). Importa mencionar que foram ajustados determinados aspetos do guião após a concretização da primeira entrevista, o que permitiu melhorar a qualidade do mesmo e obter mais informações (processo abduutivo).

Nas palavras de Morgan (1996, p.130), o *focus group* caracteriza-se por “(...) uma técnica de investigação que reúne dados através de uma interação de grupo sobre um tópico escolhido pelo investigador”. Decidiu-se realizar um *focus group* com as quatro profissionais que intervêm na área da adoção, por tornar possível a partilha de perspetivas e de experiências, através da interação entre as participantes, que não seriam possíveis de outra forma. Outro dos motivos que impulsionou a realização do *focus group* foi o facto das profissionais atuarem nas diferentes etapas que as famílias adotivas atravessam. Para a realização do *focus group* foi elaborado um guião constituído por 10 questões que permitiram conduzir eficazmente o mesmo. As questões são relativas aos desafios, dificuldades, necessidades das famílias adotivas, bem como sobre a importância, recursos, estruturação dos serviços de pós-adoção em Portugal (Ver Apêndice B).

4.3. Procedimentos

4.3.1. Recolha de dados

De modo a ter acesso à amostra e posteriormente recolher os dados necessários, entrou-se em contato com duas instituições, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Associação Meninos do Mundo com o objetivo de convidar profissionais que acompanhassem as famílias adotivas em diferentes momentos, i.e., desde o início do processo até à fase de colocação da criança (profissionais dos serviços de adoção) e após o acolhimento (e.g., grupos de apoio à adoção). Este pedido de colaboração foi solicitado por carta e por correio eletrónico (Ver Apêndice C). Após a aprovação da participação das entidades no estudo, foi agendado o *focus group*, tendo este sido realizado nas instalações da Universidade Católica Portuguesa.

A colaboração das famílias adotivas iniciou-se através de contactos informais (método bola de neve) e através da Associação Meninos do Mundo, que se mostrou disponível para convidar famílias adotivas que pudessem estar interessadas em participar na investigação,

enviando o pedido de colaboração para as mesmas (Ver Apêndice D). As entrevistas realizaram-se, na sua grande maioria, nos domicílios das famílias.

Antes da realização dos *focus group* e das entrevistas foi dado a conhecer aos participantes os objetivos e pressupostos da investigação e assegurou-se o seu anonimato e a confidencialidade dos dados obtidos. Foi solicitada a autorização para a gravação em formato áudio e em virtude de ter sido permitida os participantes assinaram um documento de consentimento informado (Ver Apêndice E e F).

4.3.2. Análise de dados

Para a realização deste estudo utilizou-se o método de análise temática com recurso ao *QSR NVivo10*, tendo este *software* como objetivo facilitar a construção do sistema de categorias e o processo de codificação, destacando-se assim as principais informações obtidas através da realização das entrevistas e do *focus group*. A análise temática é aplicada para identificar, analisar e relatar padrões (temas) nos dados obtidos, o que permite organizá-los e descrevê-los em detalhe (Boyatzis, 1998 cit. por Braun & Clarke, 2006). Para a concretização deste método foram atravessadas várias fases, nomeadamente: a familiarização com os dados, gerar códigos iniciais, procurar temas, rever temas, definir e nomear os temas e a produção do relatório (Braun & Clarke, 2006). Importa mencionar que para os dados recolhidos através da gravação em áudio fossem analisados, foi necessário, em primeiro lugar, proceder-se à transcrição dos mesmos. No decorrer da análise temática utilizou-se um processo abduutivo, caracterizando-se por envolver um processo de inferência, considerando a indução e a dedução, mas que vai para lá do que está imediatamente disponível (Daly, 2007). Este processo vai além dos dados disponíveis e da teoria com o objetivo de criar explicações plausíveis (Dey, 2004 cit. por Daly, 2007).

III. Apresentação e Análise dos Resultados

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer e analisar os resultados obtidos através da realização das entrevistas às famílias adotivas e do *focus group* realizado com as profissionais.

Da análise temática das entrevistas e do *focus group* resultaram 45 categorias interrelacionadas, organizadas num sistema hierárquico (Apêndice G) onde existem três categorias principais: 1) **perceções em relação à adoção** (132 referências), 2) **características da adoção** (189 referências) e 3) **serviços de pós-adoção** (124 referências). No apêndice H encontram-se todas as descrições das categorias.

A primeira categoria é constituída por três subcategorias: dificuldades e necessidades (28 referências), preocupações (29 referências) e desafios (91 referências). As categorias das dificuldades e necessidades, bem como as preocupações dizem unicamente respeito às famílias adotivas. Os desafios dividem-se em desafios identificados pelas profissionais e desafios identificados pelas famílias, sendo que estes últimos compõem-se por desafios esperados, encontrados e futuros.

A segunda categoria é composta por várias subcategorias, umas referidas pelas famílias, outras pelas profissionais e outras por ambos os grupos de participantes. De um modo geral, estas subcategorias referem-se essencialmente a aspetos relacionados com a parentalidade adotiva, como as necessidades específicas da criança adotada, revelação da adoção, procura da família biológica, entre outras.

Da terceira categoria resultam três sub-categorias, sendo elas: os motivos para a existência, motivos para a procura e eventuais respostas, havendo referências de ambos os grupos de participantes em todas elas.

Apresentaremos de seguida uma análise detalhada de cada uma das perceções relativas à adoção (primeira categoria), de forma a perceber que características da adoção (segunda categoria) surgem mais associadas a dificuldades e necessidades, preocupações e desafios, da parte das famílias adotivas e das profissionais entrevistadas. Relativamente à terceira categoria (serviços de pós-adoção), os motivos para a procura e para a existência são também analisados de acordo com as características da adoção (segunda categoria). É importante mencionar que a apresentação das categorias será acompanhada de algumas citações dos dois grupos de participantes, cuidadosamente selecionadas, de modo a ilustrar melhor o seu conteúdo.

Desafios, preocupações, dificuldades e necessidades das famílias adotivas

No que diz respeito aos desafios identificados pelas profissionais e pelas famílias adotivas, é possível observar, no Quadro 2, categorias que integram referências apenas das profissionais, categorias somente com as referências das famílias e categorias com referências dos dois grupos de participantes.

Quadro 2: Desafios identificados pelas famílias adotivas e pelas profissionais.

				Desafios Profissionais	
	Desafios Famílias	Esperados	Encontrados		Futuros
Aceitação e Conhecimento da história de vida da criança	0	0	0	0	2
Comportamentos	2	1	2	1	1
Comunicação	1	0	1	0	2
- Extrafamiliar	0	0	0	0	1
- Intrafamiliar	1	0	1	0	2
Desenvolvimento normativo individual e familiar	4	2	1	3	0
Desenvolvimento normativo vs. adoção	0	0	0	0	2
Discriminação	2	2	2	0	1
- Negativa	2	2	1	0	1
- Positiva	1	0	1	0	0
Estabilidade e Segurança familiar	4	1	2	2	0
Futuro da criança ou jovem	1	0	1	1	0
Identificação com a criança	2	2	0	0	0
Necessidades de apoio	2	0	2	0	0
Necessidades específicas da criança	3	0	3	0	4
Procura da família biológica	6	0	0	6	0
Regras e Rotinas	3	1	3	1	1
Revelação da adoção	0	0	0	0	2
Situações inespecíficas	2	2	0	0	0

Começando pelas profissionais, a aceitação e conhecimento da história de vida da criança é um dos desafios mencionados, sendo uma das especificidades vivenciadas apenas pelos pais adotivos, dado que as famílias biológicas não se deparam com esta questão. As profissionais consideram que é difícil para os pais gerir o facto de os seus filhos terem sido alvo de situações negativas até serem adotados.

“Eu acho que passa muito pelo, como é que se gere a história passada da criança, como é que esta família que vai adotar, adota a criança e o seu passado, não é? E esta aceitação é assim *eu aceito esta criança e aceito o seu passado por pior que ele seja, por mais duro que ele seja* e este aceitar, às vezes, é um bocadinho difícil porque muitas vezes estas histórias são tristes. Estas crianças passaram por privações, por maus tratos, por negligência grave, por abusos, portanto é assim, é um passado complicado e duro de se transmitir a uma criança, a um filho.”

(Assistente Social, Serviço de Adoção, SCML)

Outras das situações referidas pelas profissionais está relacionada com a ausência dos pais adotivos no passado da criança, seja este positivo ou negativo. Por outras palavras, algumas famílias sentem ciúmes quando a criança ou jovem se recorda de um local ou de alguma pessoa, dado que não estavam presentes.

O desenvolvimento normativo vs. adoção é outro dos desafios identificados apenas pelas profissionais, que argumentam que é desafiante para os pais perceberem o que é específico da adoção e o que não é, destacando o tema dos comportamentos.

“Mas, eu sinto é que é, por vezes, mais fácil para os pais adotivos atribuírem estes problemas típicos do desenvolvimento às crianças que são adotadas como sendo um problema biológico e não como uma incapacidade eventualmente deles entenderem que é um desenvolvimento lógico das crianças, ou que eventualmente eles podem não estar a conseguir acompanhar aquela criança da forma mais positiva e ir ao encontro das necessidades ou das carências que aquela criança possa ter, que eventualmente pode ter algumas mágoas guardadas por trás.”

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

A revelação da adoção é a terceira e última categoria identificada apenas pelas profissionais, dado que os pais adotivos não encararam este tema como um desafio, demonstrando não terem existido constrangimentos.

“Eu referiria, também, a questão da revelação, continuam a existir adotantes que continuam a ter alguma dificuldade em interiorizar toda a informação que as colegas lhes passam, em todos os níveis de acompanhamento, desde a primeira sessão informativa até todo o estudo e seleção da candidatura, todo o acompanhamento em pré-adoção e todos os contatos que eles fazem *a posteriori* e, de quando em vez, ainda continuamos a encontrar pessoas que adotaram crianças de tenra idade e as têm à entrada do ensino básico ainda com muita vontade em lhes explicar que não vieram da barriga da mãe.”
(Jurista, Serviço de Adoção, SCML)

As 13 crianças/jovens pertencentes a esta amostra têm conhecimento de que foram adotadas, das quais cinco foram informadas pelos pais e oito tiveram conhecimento pelos técnicos da instituição onde se encontravam acolhidas de que iriam ser adotadas.

Em relação às crianças que foram informadas pelos pais, as famílias verbalizaram que o motivo que as levou a abordar com os seus filhos a situação de adotabilidade foi o facto de a criança ter começado a colocar questões, sendo que quatro crianças se encontravam em idade pré-escolar e apenas uma em idade escolar. As famílias não procuraram apoio especializado em virtude de não terem sentido necessidade, afirmando estar informadas sobre este assunto através de dúvidas esclarecidas na fase de pré-adoção, da leitura de livros sobre o tema e de testemunhos de outras famílias que já tinham passado por esta etapa.

Existem cinco categorias comuns, entre as famílias e as profissionais, relativamente aos desafios que a adoção coloca, sendo elas: os comportamentos, as regras e rotinas, a discriminação, a comunicação e as necessidades específicas da criança. Importa mencionar que as três primeiras categorias são apenas apontadas pela profissional que colabora com a Associação Meninos do Mundo, instituição que já presta apoio na fase de pós-adoção.

Em relação aos comportamentos, esta explica que as famílias procuram apoio essencialmente quando os seus filhos estão na fase da adolescência, em virtude dos comportamentos serem mais acentuados. Duas famílias falaram sobre as questões

comportamentais dos seus filhos (e.g., agressividade, rebeldia), sendo que uma caracterizou este desafio como esperado, encontrado e futuro e outra apenas como encontrado. Importa mencionar que estes comportamentos começaram a manifestar-se logo após as crianças terem sido acolhidas pelos pais, encontrando-se todas em idade pré-escolar.

“Eu tinha a perfeita noção que iria ser um processo que não é fácil, que é preciso alguma dedicação, alguma disponibilidade, a palavra paciência também entra aqui na equação e perseverança para tolerar muitos comportamentos fora do que seria normal comparando com uma criança biológica.” (Pai da Família 2)

As regras e rotinas são desafios que acabam por estar associados aos comportamentos, no entanto, têm uma particularidade referida na seguinte citação:

“Um outro momento que eu ainda acho que é difícil para os pais no pós-adoção tem a ver com as questões das regras e das rotinas que têm que ser criadas em casa e com os amores e desamores porque um filho meu eu estou zangada com ele, dou-lhe uma palmada na mão ou uma palmada no rabo, o que quer que seja, ponho-o de castigo e fico com a noção que aquele filho não vai deixar de gostar de mim, quando é um filho adotivo as pessoas muitas vezes têm este receio.”

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

A profissional acrescenta que os pais adotivos podem agir de diferentes maneiras no que diz respeito a este assunto: aceitarem todas as atitudes dos filhos por temerem que estes deixem de gostar deles ou que a sociedade os critique no modo como educam os seus filhos, ou optarem por estabelecer regras rígidas por considerarem necessário. Três famílias caracterizam as regras e rotinas como desafiantes, sendo que uma família identifica-as como um desafio com o qual se confronta atualmente e espera vir a deparar-se no futuro.

“E para mim o grande desafio, neste momento, está a ser esse, é fazer com que a minha filha daqui por uns tempos, quando chegar à aquela idade parva não me odeie cá mesmo no fundo e ache que eu a trato de maneira diferente pelo facto de ser adotada. A sério, eu ando a pensar imenso nisso e isto para mim está a começar a ser

um bocadinho traumatizante eu admito, mas pronto, para mim, neste momento é um grande desafio isto porque é.” (Mãe da Família 3)

As citações das outras duas famílias foram igualmente categorizadas nos comportamentos, mas embora tenham uma vertente comportamental percebe-se que se incluem igualmente nas regras e rotinas. Ambas as famílias caracterizaram este desafio com encontrado, sendo que a família 6 também como esperado.

“(…) eles lidam com muita frustração com qualquer imposição de regra ou imposição da figura de adulto ou de pessoa cuidadora.” (Mãe da Família 2)

“E, ela provocava constantemente, portanto, ela já sabia fazer, ela fazia isso na instituição, não era uma questão de não saber, de aprendizagem, era uma questão de *eu vou ver até onde é que tu vais.*” (Mãe da Família 6)

A discriminação, neste caso negativa, é destacada também pela profissional, que defende que a sociedade não se encontra preparada para as diferenças que existem entre as famílias adotivas e as famílias não adotivas, dado que as crianças adotadas e os respetivos pais são, muitas vezes, discriminados pela sociedade. No que diz respeito às famílias, o conceito de discriminação divide-se em negativa e positiva. Em relação à negativa, uma família já esperava que a sua filha fosse discriminada em virtude da sua raça, o que acabou por acontecer, e outra família sentiu alguma relutância de um familiar relativamente à decisão do casal de adotar, apesar de posteriormente ultrapassada. Esta última família sentiu ser discriminada também positivamente pela sociedade, o que se revelou num desafio encontrado.

“É transformar as coisas em naturalidade não em diferença e sabe, aquilo que eu noto é que existe muita discriminação positiva, *é tão boazinha, adotou uma criança (…)*” (Mãe da Família 7)

A comunicação extrafamiliar e intrafamiliar é um dos desafios referidos pelas profissionais de ambas as instituições. A comunicação extrafamiliar diz respeito à comunicação com a escola, isto é, os pais terem de explicar que os seus filhos são adotados

ou as próprias crianças verbalizarem-no. A comunicação intrafamiliar está relacionada com a comunicação entre os pais adotivos e a criança adotada, evidenciando-se o motivo pelo qual a criança foi adotada, sendo difícil para os pais explicar este facto aos seus filhos, dado que têm de falar sobre o passado da criança e sobre os seus pais biológicos. Apenas a comunicação intrafamiliar é referida pelos pais como desafio encontrado, contabilizando-se uma família, sendo que o seu testemunho vai claramente ao encontro do que as profissionais verbalizaram, como se pode comprovar na citação que se segue:

“Portanto, aqui o único desafio, muitas vezes, é, poderá ter a ver com esse facto, mais o tentar explicar-lhes porque é que eles não puderam ficar com os pais deles (...)”

(Mãe da Família 8)

Por último, relativamente aos desafios identificados por famílias e profissionais simultaneamente, as necessidades específicas da criança é aquele em que existe maior concordância entre as profissionais. Todas destacam que os pais devem responder às necessidades dos seus filhos, que diferem de criança para criança, de acordo com a sua história de vida.

“(...) Tem que se estar atento aos sinais e tem que se estar disponível para conseguir ir ao encontro das necessidades desta criança, que esta pode ser desta forma, o outro pode ser de outra. Portanto é, no fundo as famílias adotivas têm aqui uma exigência acrescida de ir de encontro às necessidades da criança consoante a sua história de vida, o seu passado.”

(Assistente Social, Serviço de Adoção, SCML)

As referências que se apresentam de seguida comprovam o que as profissionais argumentam, que correspondem aos desafios encontrados por três famílias.

“(...) ela tinha uma auto-estima muito baixa e acho que isso foi o mais complicado, o medo do fracasso que ela tinha e, portanto, recusava-se a fazer as coisas e recusava-se mesmo.”

(Mãe da Família 1)

“(...) realmente ela tem muitas dificuldades de aprendizagem, tem imensas e neste momento as minhas angústias e as minhas expectativas giram muito à volta disso, da

dificuldade dela, da minha capacidade para ajudar ou da nossa capacidade para a conseguir ajudar, giram muito à volta disso (...)" (Mãe da Família 3)

"Era aqui a parte dos afetos porque ela quando veio para nós gostava de nós, respondia, interagia com a gente, mas não havia beijinhos, nem havia abraços, não havia nada porque ela não queria ser agarrada." (Pai da Família 5)

Relativamente aos desafios unicamente mencionados pelas famílias adotivas, enumeram-se várias categorias, entre as quais, o desenvolvimento normativo individual e familiar, que contabiliza referências de quatro das oito famílias. Como desafios esperados, duas famílias referem o facto de serem pais pela primeira vez. Uma família verbalizou que os desafios encontrados tiveram que ver com a parentalidade normativa, ou seja, com a educação da criança, com o próprio comportamento dos pais que se questionavam se estariam a proceder corretamente em determinadas situações, em virtude de serem pais pela primeira vez. Como desafios futuros, três famílias consideram que estes deverão estar relacionados com as características comuns de qualquer criança ou adolescente.

A identificação com a criança é uma questão muito particular, respeitante apenas às famílias adotivas. Duas mães classificaram este desafio como esperado.

"Uma questão muito concreta que eu coloquei logo foi se eu me iria sentir mãe verdadeiramente, se esse sentimento vem naturalmente se não vem (...) Portanto, se esse amor seria quase incondicional ou se teria que passar a conhecê-los. Uma mãe que é biológica essa questão não se põe, pronto." (Mãe da Família 1)

"(...) para mim esse era o grande desafio, era encará-la como sendo minha filha da mesma forma que o F. [filho biológico] faz parte de mim, pronto, era conseguir encará-la, para mim o grande desafio era esse, era que ela dentro de mim, ela fosse minha filha exatamente como o F." (Mãe da Família 3)

Na categoria da estabilidade e segurança familiar, contabilizam-se duas famílias que mencionaram a importância da relação entre irmãos. Os pais que têm uma filha adotada e pretendem adotar outra criança caracterizaram este desafio como futuro, bem como os pais que já tinham um filho biológico e iriam adotar como esperado. Esta última família referiu

ainda outro desafio esperado, que se relaciona com a responsabilidade que os pais adotivos sentem em proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades, seja a nível afetivo, financeiro, entre outros.

“Pronto, esse seria o desafio, era tentar que a criança, qualquer que fosse porque nós não tínhamos ideia, nós não sabemos quem é no momento, dar-lhe uma família estável e dar-lhe todas as condições para crescer de uma maneira, digamos entre aspas normal, não é?”
(Mãe da Família 1)

Ainda nesta categoria, identificam-se desafios relacionados com os comportamentos e com o passado das crianças, apresentando-se como desafios encontrados.

“(…) eles são muito ágeis em termos psicológicos de fazer jogos com as pessoas e manipulação porque é a única forma que eles tiveram de sobreviver de alguma forma e até disso nós temos que nos resguardar.”
(Mãe da Família 2)

“Autoridade sem dúvida e a segurança. O desafio e a segurança porque acho que é um bocado ela sentir que está segura quer faça asneiras eu não a vou devolver, está segura, a casa dela é aquela.”
(Mãe da Família 6)

A família 2 acrescenta ainda como desafio futuro, respeitante à categoria da estabilidade e segurança familiar, a relação com os seus filhos, que é atualmente caracterizada como funcional. Estes pais têm algumas dúvidas sobre a mudança do tipo de relação existente, perspetivando que esta se mantenha.

“Para já tenho outra dúvida muito grande que é se algum dia nós vamos conseguir aprofundar muito mais a relação que temos com eles (...) Ou seja, eles estão seguros, têm noção do nosso amor, mas nem por isso têm grande necessidade de aprofundar a relação, está a ver? É quase *eu sinto-me bem aqui, mas desde que não te intrometas muito, continua a garantir-me e vai tudo correr bem*. Mas, nós esperamos mais do que isso.”
(Mãe da Família 2)

Quanto à categoria das necessidades de apoio, evidencia-se a inserção das crianças/jovens em equipamentos escolares, sendo que duas famílias depararam-se com

este desafio. Em virtude das áreas de residência das famílias terem um número elevado de crianças/jovens, as famílias sentiram dificuldade em encontrar vagas para os seus filhos. Acresce ainda o facto de existirem prazos para a inscrição das crianças/jovens que, muitas vezes, não coincidem com o momento em que os pais pretendem inscrever os filhos, em função do período da licença por adoção.

Relativamente ao futuro da criança ou jovem, este foi identificado como desafio, quer atual quer futuro, apenas por uma família, em virtude das dificuldades que a filha apresenta no momento atual.

“Tem a ver com o futuro, como lhe digo não só o da F. como do F. [filho biológico], mas especificamente da F. porque tem maiores dificuldades, é um desafio muito maior saber de que forma é que ela vai conseguir gerir o futuro dela, de que forma é que ela vai conseguir ser autónoma, basicamente é isso, é uma questão que é pertinente hoje em dia, que é como é que ela vai conseguir quando nós deixarmos de estar presentes, se ela vai-se conseguir adaptar à vida.”

(Pai da Família 3)

A procura da família biológica é o desafio mais destacado pelos pais. Contabilizaram-se seis famílias que perspetivam que esta procura irá acontecer. Importa mencionar que esta procura pode ser a nível de informações ou mesmo física.

“Agora, na adolescência eu acho que já é mais complicado, na adolescência, se calhar, há muita vontade de querermos saber quem somos, de onde vivemos, as origens e aí assim, tanto um como o outro podem-nos vir perguntar *quem são os nossos pais biológicos?* (...) Mas, pronto, esse acho que é o maior desafio, como é que eu vou reagir, embora saiba que isso é normal acho que há sempre uma angústia.”

(Mãe da Família 6)

Quanto a este tema, procurou-se saber se as crianças/jovens tinham colocado questões sobre a família biológica, sendo que das 13 crianças, cinco (pertencentes a três famílias) já abordaram os pais sobre este assunto. Os pais consideraram natural que as crianças colocassem estas questões ao saberem que foram adotadas, acrescentando que os filhos ficaram esclarecidos com a informação que lhes foi transmitida pelos pais adotivos. Neste sentido, afirmaram não terem sentido necessidade de procurar apoio para esclarecer

dúvidas sobre este assunto, pelo facto de pertencerem a grupos de apoio *on-line* e a grupos de apoio de instituições, bem como pelo esclarecimento de dúvidas na fase de pré-adoção.

As cinco famílias onde o tema ainda não foi abordado revelaram alguma preocupação, e neste sentido consideram importante a existência de um apoio nesta fase. Destas, em duas famílias a opinião da mãe difere do pai, sendo que as mães demonstram um receio maior enquanto os pais evidenciam uma postura mais tranquila.

Comparando as cinco famílias onde o tema não foi abordado com as seis que consideram que a procura da família biológica será um desafio futuro, verifica-se que se tratam das mesmas famílias, com exceção de uma que, apesar de já ter sido questionada sobre este assunto pela sua filha, perspectiva igualmente que esta tenha interesse em obter mais informações ou em conhecer a família biológica.

Por último, no que diz respeito aos desafios específicos da parentalidade adotiva que os pais esperavam vivenciar, contabilizam-se duas famílias que mencionaram desafios que foram categorizados como situações inespecíficas. As citações que se apresentam, apesar de inespecíficas ou muito gerais refletem as preocupações que os pais sentiam antes de acolherem os seus filhos.

“Era a expectativa porque tanto a M. [mãe da criança] como eu, temos alguns amigos que também adotaram, não é? Da minha parte, se calhar, o exemplo era um bocado mais negativo, portanto, havia essa expectativa que as coisas podiam não correr bem, da nossa parte como da parte da criança, não é?”
(Pai da Família 1)

“E, portanto, os desafios para nós, por um lado são diferentes porque é uma criança que já trás uma história com ela por mais pequenina que seja, por menos tempo que seja, menos noção física da experiência que tem, mas fica sempre com uma emoção lá dentro, um... como é que eu hei-de explicar... um modo de reagir em relação às coisas diferente.”
(Mãe da Família 5)

Quando as profissionais foram questionados sobre a possibilidade de anteciparem eventuais dificuldades sentidas pelas famílias e necessidades de apoio para essas famílias, tendo em conta as características dos pais adotivos e da criança/jovem adotado, começaram por referir que se podem perspetivar algumas dificuldades após a conclusão do processo de adoção, bem como identificarem-se os pontos mais fortes e mais fracos de determinadas

candidaturas. No entanto, destacaram ser difícil fazer previsões, em virtude de, por vezes, serem antecipados problemas que acabam por não se concretizar e surgirem outros que não estavam à espera que surgissem.

“Eu acho que quando nós propomos que as crianças tenham um acompanhamento psicológico depois da adoção, não sei se vocês sentem isso, mas nós nos grupos de apoio vamos sentindo, que quando as pessoas nos aparecem e nos põem algumas questões e nós lhes vamos dizendo que era importante que tenham acompanhamento psicológico, elas ou as crianças, ou outro acompanhamento familiar, normalmente isso acontece-nos quando nós perspetivamos que há ali qualquer coisa que quando a criança ficar com o processo concluído que pode não vir a correr bem.”

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

“Eu acho que não havendo candidaturas perfeitas nós conseguimos perceber, não em todas as situações, quais é que são os pontos mais fortes e mais fracos daquela candidatura (...) Podemos imaginar, mas nós fazemos muito uma intervenção aqui e agora, não conseguimos estar, quer dizer, a pensar no presente e a pensar no futuro.”

(Psicóloga, Serviço de Adoção, SCML)

“Porque, muitas vezes, portanto, a integração da criança na família com as características daquela família e com as características da criança até surgem coisas inesperadas, quer dizer, até achávamos que poderia ser muito mais difícil e é mais facilitado, depende depois, não é? Não conseguimos antecipar cenários, prevendo uma intervenção a x tempo.”

(Assistente Social, Serviço de Adoção, SCML)

Nesta sequência, as profissionais foram igualmente questionadas sobre a existência ou não de diferentes níveis de necessidades de apoio sentidas pelas famílias adotivas. Uma das profissionais considera que a existência ou não da necessidade de apoio está intimamente relacionada com os recursos internos de cada família, tais como, capacidade de adaptação, de ajuste e de resposta aos momentos críticos. As restantes profissionais consideram que a falta de suporte familiar pode justificar uma maior necessidade de apoio, sendo que esta ausência pode dever-se, quer à constituição da própria família, neste caso reduzida, quer igualmente à existência de problemas relacionais entre familiares ou à não-aceitação da adoção pela família alargada.

“Sim, há famílias mais capazes que outras, como as outras famílias que não são adotivas. Há famílias que têm mais recursos do que outras, há famílias que pela história que tiveram já ativaram os seus recursos, outras ainda não ativaram, depende (...) Pois já tiveram que ativar isso, pessoas que passaram por mais perdas e ultrapassaram, enfim, e se adaptaram a essas perdas, já têm outros recursos ativados do que pessoas que não tiveram perdas, não sabem, não se viram confrontadas com isso.”
(Psicóloga, Serviço de Adoção, SCML)

“Em grupos de apoio aparecem-nos muitas famílias que estão completamente sozinhas, que é um pai e uma mãe que não têm irmãos e que já não têm avós, sem rede nenhuma de suporte familiar e que essas, eventualmente, nós podemos perceber que são famílias que estejam a precisar de um colo de maneira diferente.”
(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

“Isso, por exemplo, pode ser uma fragilidade que se antecipa, pode não ser uma razão para ali à cabeça preliminarmente excluir uma pessoa, mas é um sinal de que ali pode haver alguma dificuldade posteriormente.”
(Jurista, Serviço de Adoção, SCML)

Considerou-se pertinente questionar os pais sobre as dificuldades e necessidades vivenciadas desde o acolhimento dos seus filhos (Quadro 3).

Quadro 3: Dificuldades e necessidades identificadas pelas famílias adotivas.

Dificuldades e Necessidades	Nº de Famílias
Discriminação	4
Negativa	3
Positiva	1
Comportamentos	2
Necessidades de apoio	2
Desenvolvimento normativo individual e familiar	2
Procura da família biológica	2
Profissionais especializados na área	2
Regras e Rotinas	1
Características pessoais	1
Crianças	1
Pais	0

A principal dificuldade diz respeito à discriminação, mais especificamente à discriminação negativa, tendo esta categoria sido também anteriormente identificada como desafio. Três famílias revelaram ter-se sentido discriminadas, apresentando todas elas exemplos diferentes, tais como: uma professora primária que tratava a criança adotada de um modo diferente em relação às outras crianças; um familiar que numa fase inicial não estava receptivo à adoção; e por último, discriminação por parte de profissionais (não especializados em adoção).

“E todos os técnicos que nos acompanharam nunca tentaram ver a coisa pelo lado físico, *é uma criança e tem estas dificuldades físicas*, mas tentavam-se desculpar sempre um bocado *ah, coitada, é adotada, é natural, nunca esperem muito dela.*”

(Mãe da Família 5)

Relativamente à discriminação positiva, uma família sentiu ser discriminada positivamente, o que causou algum desconforto ao casal que não apreciou ser sobrevalorizado pela sua decisão em adotar.

“ (...) a minha mãe gabava-se da filha que tinha que até tinha tomado esta atitude, portanto, no sentido de orgulho da filha dizia às pessoas e isso foi a maior dificuldade, que ela tentasse perceber que nós não gostávamos que ela dissesse, portanto, nós não queríamos que ela dissesse às pessoas, às vizinhas, aos amigos.” (Mãe da Família 6)

Na categoria do desenvolvimento normativo individual e familiar enquadram-se duas famílias que mencionaram dificuldades relacionadas com as tarefas da vida diária de qualquer família, de âmbito educativo, logístico, entre outros.

Apenas uma família mencionou dificuldades e necessidades relativas às características pessoais, neste caso dos seus filhos, entre as quais, dislexia, défice de atenção e rebeldia.

Na categoria das necessidades de apoio, duas famílias abordam a necessidade de apoio logístico, dado que ambas adotaram fratrias de três irmãos. Uma destas famílias acrescenta ainda a falta de suporte familiar e social, referindo que só os técnicos se mostraram disponíveis para os apoiar.

Relativamente às regras e rotinas, uma família considerou difícil lidar com este tema, como se pode comprovar na seguinte citação:

“Imagine que recebe crianças que por regra só têm horas para comer e para dormir, de resto não conhecem mais nenhuma regra social na vida, nenhuma. Têm alguma autonomia na higiene, nota-se isso, de resto não têm regra nenhuma, nem do contato humano, nem regra social, nada, não têm pura e simplesmente.” (Mãe da Família 2)

Duas famílias identificam como necessidade o acompanhamento de profissionais especializados na área da adoção face à dificuldade em lidar com os comportamentos dos seus filhos, tais como, agressividade, rebeldia, birras, bem como consideram necessário este acompanhamento para os seus filhos quando estes pretenderem procurar a família biológica. No que diz respeito aos comportamentos, através do primeiro exemplo observa-se a ausência de apoio e no segundo o contrário.

“(…) nada foi direcionado, nenhum apoio foi direcionado para a família, para a noção de interação, para a noção do que é que estava a acontecer ali, o que é que era preciso afinar, o que é que era preciso da nossa parte enquanto adultos interpretar no comportamento daquela criança.” (Mãe da Família 2)

“(…) no grupo tinha ido lá um psicólogo que se tinha chegado à frente a dizer *eu sou psicólogo clínico e tenho experiência na parte de adoção*. Isto já há um ano ou assim e eu fiquei com aquela, se um dia precisar falo com ele e bastou ir lá e ele dar-nos duas ou três dicas e mudou, nós mudámos o nosso comportamento e isso refletiu-se diretamente nela logo, imediatamente. Ela está nestas últimas duas ou três semanas excecional, está diferente, nós mudámos, ela mudou e isso parece que é... uma coisinha, às vezes, tão pequenina, mas é este apoio que nós, às vezes, precisávamos (...)” (Mãe da Família 5)

Além das dificuldades e necessidades, questionaram-se as famílias sobre as preocupações sentidas ou futuras (Quadro 4).

Quadro 4: Preocupações identificadas pelas famílias adotivas.

Preocupações	Nº de Famílias
Procura da família biológica	4
Desenvolvimento normativo individual e familiar	3
Profissionais especializados na área	2
Futuro da criança ou jovem	2
Características pessoais	2
Crianças	1
Pais	1
Comportamentos	1
Regras e Rotinas	1

Verifica-se que três famílias mencionam preocupações relacionadas com o desenvolvimento normativo individual e familiar, tais como: a educação, a saúde, os valores transmitidos, sendo que uma das famílias não é muito específica:

“As nossas preocupações são as de qualquer pai normal sem ser adotivo, é garantir-lhe o melhor para ela e que ela se desenvolva e seja feliz.” (Pai da Família 5)

“Pois, dar-lhe as ferramentas todas necessárias para ela se conseguir desenvolver o melhor possível.” (Mãe da Família 5)

Duas famílias revelam estar preocupadas com o futuro dos seus filhos. Uma destas famílias foi anteriormente citada, dado que referiu como desafio o futuro da sua filha face às suas dificuldades de aprendizagem, e a outra família mencionou questões relacionadas com as condições de vida (e.g., emprego, habitação).

No que diz respeito às características, mais especificamente dos pais, uma família demonstrou estar preocupada com a sua idade, em virtude da diferença de anos entre os pais e a criança. Já sobre as características das crianças, uma família destaca a saúde dos seus filhos, visto que desconhece o historial de saúde da família biológica.

Relativamente aos comportamentos, apenas uma família demonstra estar preocupada com este tema. Os pais demonstram estar preocupados com a evolução dos comportamentos dos seus filhos, em virtude destes não corresponderem ao que seria suposto apresentarem, tendo em conta a faixa etária em que se encontram. Acresce ainda o facto de muitos dos comportamentos não serem corretos (e.g., manipulação, agressividade), preocupando-se os pais com a alteração dos mesmos. Por último, os pais gostariam que os filhos os vissem como exemplo a seguir e que demonstrassem disponibilidade para aprender com os pais, de modo a comportarem-se de acordo com os valores que estes lhes transmitem.

Uma família revela estar preocupada com a possibilidade da sua filha querer procurar a sua família biológica, em consequência das regras e rotinas que se estabelecem na família.

“Eu ando angustiadíssima com isso, a sério. Porque eu acho que ela um dia vai perceber que eu não sou mãe dela *eu tenho outra mãe que de certeza não me vai ralhar tanto como esta ralha, eu quero-me ir embora daqui para fora porque já não posso ver esta à frente a ralhar comigo [risos].*”
(Mãe da Família 3)

Na categoria da procura da família biológica, enquanto preocupação, contabilizam-se quatro famílias. No entanto, apenas duas referem que, em virtude das suas preocupações, é importante a existência de acompanhamento de profissionais especializados na área.

“Por exemplo, agora quando vier a aproximação do *quem são os meus pais biológicos, como é que vocês nos foram buscar?* Ou se eles disserem, que é a parte pior *queremos conhecer os nossos pais*. Porque nós [casal] já falámos sobre isso e sabemos que isso é natural e que vamos dizer que sim, sim ótimo, mas sim e depois? E se eles nos pedirem para nós conhecermos também? O que é que nós fazemos? Quer dizer, agora já há aqui um, e agora? Já não sei muito bem.”
(Mãe da Família 6)

Considerou-se pertinente questionar as profissionais acerca dos motivos que levam as famílias a solicitar apoio.

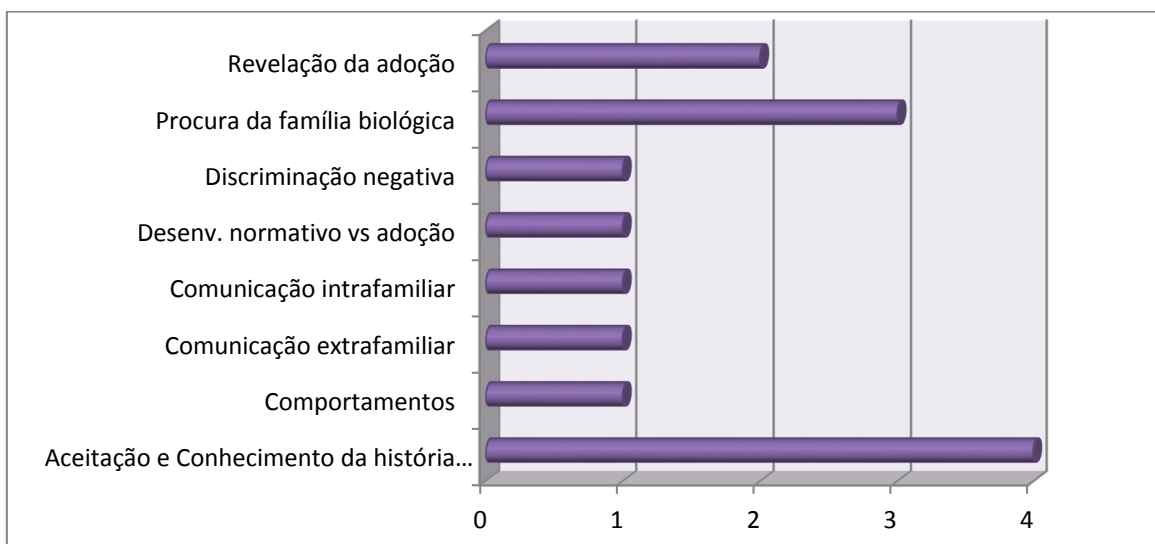


Figura 2: Perspetivas das profissionais sobre os motivos que levam as famílias adotivas a solicitar apoio.

A aceitação e conhecimento da história de vida da criança é a categoria com maior número de referências e mencionada por todas as profissionais. No entanto, importa mencionar que esta se encontra relacionada com a procura da família biológica e com a revelação da adoção, sendo estes três os principais motivos que levam as famílias a procurar apoio, de acordo com a experiência das profissionais do serviço de adoção da SCML.

“É que, muitas vezes, estes jovens quando nos procuram, assim a grande maioria, há casos que não conhecem a história, mas a grande maioria, conhece a sua história, mas quer confirmá-la, eles querem ter a certeza que aquilo que os pais lhes disseram é a verdade, que não há mais nada (...) Não vão tanto na procura dos pais, se calhar, na procura de irmãos sim, mas no fundo em relação à informação aquilo que eles querem é confirmar a história que lhes foi passada.”

(Assistente Social, Serviço de Adoção, SCML)

“(...) nós ali o que temos no tempo de pós-adoção são os jovens adultos que querem saber algo da sua história, que há 20 anos não era passada da forma que é passada

hoje, e portanto, há um vazio ali e, enfim, e penso que os casos da não revelação em tempo útil em jovens de 20 e tal anos é uma situação que por vezes também...”

(Jurista, Serviço de Adoção, SCML)

Acresce ainda à categoria aceitação e conhecimento da história de vida da criança uma referência da profissional da Associação Meninos do Mundo, que em virtude da sua prática na fase de pós-adoção, refere o seguinte:

“A nossa experiência em termos de jovens que nos aparecem é muito, às vezes, perceber se os outros jovens que estão na mesma situação que eles, portanto, se as histórias são muito idênticas às deles, se tiveram mais ou menos os mesmos problemas com os pais, se as histórias são parecidas, se só eles é que foram eventualmente violentados e os outros não foram, porque é que os outros foram adotados, perceber porque é que em certos momentos os pais reagem de certa forma, se aquilo é normal se não é, se eles têm este comportamento também para com os pais, acabam muito por ser mais nisto.”

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

Mais uma vez, pelo trabalho que desenvolve, a profissional da Associação Meninos do Mundo é a única que refere situações relacionadas com a comunicação, discriminação, comportamentos e com o desenvolvimento normativo vs. adoção.

Relativamente à comunicação, refere que as famílias procuram apoio sobre a comunicação intrafamiliar e extrafamiliar. Sobre esta última, evidencia as dificuldades em comunicar com a escola e centros de saúde, face aos preconceitos. Neste sentido, procuram também ajuda para saber lidar com situações de discriminação, neste caso negativa.

A profissional explica que os pais não sabem como lidar, muitas vezes, com os comportamentos dos filhos, procurando assim apoio a este nível.

Enquadra-se na categoria do desenvolvimento normativo vs. adoção uma situação muito específica, verbalizada pela profissional:

“Houve uma mãe uma vez que nos disse que achava que no acompanhamento pós-adoção deveria haver quase que uma formação de como é que é o desenvolvimento neurológico da criança, mesmo como é que o cérebro se desenvolve, para ela perceber o que é que fazia parte daquela criança do desenvolvimento e o que não. Claro que ali foi um bocado em exagero o que ela verbalizou, mas depois nós tentámos desmontar

tudo isto e no fundo o que ela queria perceber um bocadinho mais era o que é que é natural e o que não é natural numa criança normal e numa criança que é normal, porque que é adotada, não é? Brincando novamente com a situação.”

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

Serviços de Pós-Adoção

Relativamente à importância da criação de serviços de pós-adoção em Portugal, todas as profissionais do serviço de adoção da SCML evidenciam a parceria já existente entre o serviço de pós-adoção da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, criado recentemente, refletindo sobre a importância do acompanhamento pós-adotivo, dado que as famílias ao recorrerem ao mesmo demonstram que este é necessário. Outra das profissionais do serviço de adoção da SCML considera que apesar do acompanhamento proporcionado às famílias decorrer até à decretação da adoção, este não é suficiente dado que acontecimentos importantes ocorrem posteriormente a essa fase. Esta ideia é corroborada pela profissional da Associação Meninos do Mundo, justificando que em virtude da instituição ter identificado esta necessidade foram criados grupos de apoio para os pais adotivos e para as crianças/jovens adotados. Por último, as profissionais de ambas as instituições abordam a questão da disponibilidade das famílias para serem acompanhadas na etapa pós-adotiva, dado que consideram que muitas não estão recetivas ao acompanhamento em pré-adoção.

“Nós claramente que achamos, por isso é que criámos estes grupos com esta perspectiva também do pós-adoção, exatamente porque sentimos que há muitas dificuldades nas famílias depois e que precisam de ter algum sítio a que recorrer.”

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

“E principalmente porque a construção de uma família em seis meses é uma coisa que é um bocadinho fictícia, não é? E, portanto, nós acompanhamos e por muito bem que acompanhemos e que as colegas estejam absolutamente disponíveis para estar com aquelas famílias durante seis meses, mais aqueles dois ou três meses até ser decretada a adoção, continuamos em contacto e tudo mais, mas nove meses na construção de uma família é zero e, portanto, é obvio que a maior parte das coisas só se despoleta na família depois.”

(Jurista, Serviço de Adoção, SCML)

“A faculdade de psicologia organizou este serviço também fruto de trabalho de supervisão que fez no nosso serviço e, portanto, aperceberam-se por essa via, penso eu, desta necessidade, portanto há esse espírito de cooperação. Agora, as próprias famílias dão esta resposta quando elas procuram os apoios, elas próprias estão a comunicar que precisam de acompanhamento (...) Mas, isto depois tem outras questões, não é? Se durante o acompanhamento de pré-adoção, até já se sentiu *epah, marcar mais uma visita, que complicado!* Até podem aceitar por consideração e tal, mas depois a prática tem algumas reservas, as pessoas também têm vidas complicadas.”
 (Psicóloga, Serviço de Adoção, SCML)

Procurou-se conhecer a perspetiva das famílias adotivas sobre os motivos que justificam a criação de serviços de pós-adoção, bem como que motivos as levariam a deslocarem-se aos mesmos. A figura que se apresenta de seguida demonstra as categorias mais destacadas pelas famílias e como se pode verificar existem categorias que estão codificadas em ambos os motivos, o que demonstra a sua importância. Importa mencionar que, embora as famílias não tenham sido questionadas sobre a obrigatoriedade ou não de serem acompanhadas pelos eventuais serviços de pós-adoção, algumas deram a conhecer a sua opinião sobre esta questão. Três famílias argumentam que as famílias não devem ser obrigadas a frequentar, uma considera que sim e quatro não se manifestaram.

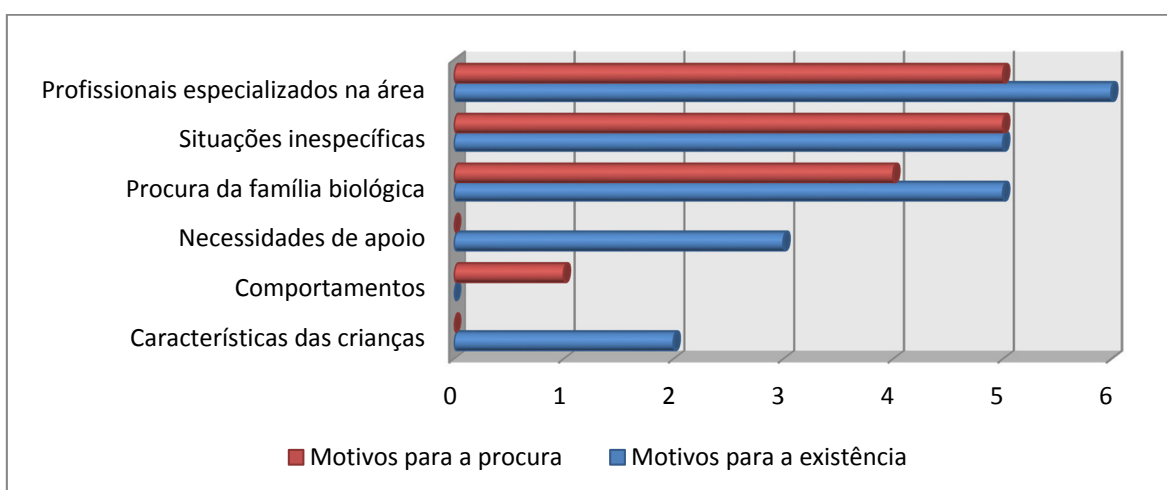


Figura 3: Motivos para a existência e para a procura de um serviço de pós-adoção, na perspetiva das famílias.

Começando pelos motivos menos codificados, uma das famílias refere que procuraria

um serviço de pós-adoção para ter apoio com os comportamentos dos seus filhos. Duas famílias mencionam que o facto das características das crianças serem diferentes justifica a existência de serviços de pós-adoção.

“Porque depois as crianças também são todas diferentes, portanto, apesar daquela história ser relativamente comum, o que também nunca é, porque há crianças que sofrem traumas violentíssimos (...)”
(Mãe da Família 5)

Relativamente às necessidades de apoio evidencia-se a falta de suporte familiar e social. Três famílias consideram importante a existência de serviços por este motivo, sendo que duas delas não sentem essa necessidade, mas pensam nas famílias que precisam, como se pode comprovar nas duas primeiras citações.

“Eu conheço muita gente que adotou, mas há muita gente que não conhece e, portanto, sente-se perfeitamente sozinho neste processo, não é?”
(Mãe da Família 1)

“(...) tenho consciência que há pessoas que sentem essa necessidade, de ter alguém com quem falar, de ter um apoio, de procurar ajuda porque sejam problemas mais graves ou problemas mais simples, mais corriqueiros, mais quotidianos, as pessoas têm muitas dúvidas e muitas inseguranças e têm essa necessidade.”
(Mãe da Família 4)

“Se a pessoa não tem a vinculação com aquela criança, está a tentar criá-la e é confrontada com um ambiente totalmente agressivo, hostil, em que você está preparada para amar e você só leva é realmente com problemas, se ninguém estiver lá para nos ouvir é muito complicado.”
(Mãe da Família 2)

Algumas respostas das famílias foram categorizadas como situações inespecíficas, no entanto, importa mencioná-las. Relativamente aos motivos para a existência, duas famílias demonstram sentir necessidade, enquanto as outras três preocupam-se com os pais que podem passar por mais dificuldades.

“A necessidade claramente, a necessidade de não saber lidar com as situações.”
(Pai da Família 2)

“(…) acho que se calhar podem existir casais ou podem existir pessoas que adotam que podem ter essa necessidade de se ir aconselhando, nós não tivemos dúvidas mas, se calhar, há quem tenha (…)”
(Pai da Família 7)

Quanto aos motivos para a procura, contabilizaram-se cinco famílias.

“Era as respostas aos desafios que nos aparecem e que a gente não consegue superar.”
(Pai da Família 5)

“Talvez, não sei, se a adaptação não tivesse corrido bem, não é? Se sentíssemos que havia problemas ou da nossa parte ou da parte dela (…)”
(Mãe da Família 4)

“(…) no futuro, se me surgirem questões que eu veja que não estou a conseguir e que possam ser comuns e que possam estar relacionadas, que as questões que venham a surgir tenham mesmo a base no facto de eles serem e sentirem que são filhos adotivos e que isso lhes comece a causar mais tarde algum tipo de comportamento, sentimento (….) Que eu possa perceber como é que outros pais que já passaram pelo mesmo lidaram com a situação e como é que ajudaram os seus filhos nesses passos (….)”
(Mãe da Família 8)

Finalmente, com maior número de referências encontram-se as categorias referentes à procura da família biológica e à possibilidade de contatarem com profissionais especializados na área.

Relativamente aos profissionais especializados na área, três famílias reconhecem a sua importância, justificando a necessidade da existência dos serviços de pós-adoção.

“(…) eu acho que eram extremamente importante ainda para mais pais que nunca foram pais, não é? Sem qualquer experiência de parentalidade, com certeza que sim, com certeza que é extremamente importante porque são mudanças muito bruscas na vida das pessoas e por muito que as pessoas se sintam preparadas para ser pais, é uma mudança muito brusca na vida das pessoas e nomeadamente se for uma criança com 5, 6, 7, 8 anos que já tem a perceção de uma série de coisas, é complicado e não tenho dúvida nenhuma que é muito mais complicado se não tiverem qualquer apoio, claro que sim.”
(Mãe da Família 3)

Duas famílias referem-se igualmente aos profissionais especializados na área, no entanto, além de motivos para a existência revelam motivos para a procura.

“Alguém que nos pudesse orientar, ajudar, perceber, pronto, não é? Porque isto, é evidente que eu acho que são questões muito próprias, não é? São situações muito específicas, o F. [filho biológico] nunca me vai dizer *tu não és minha mãe*, não é? Nunca vai, não é? A F. [filha adotiva] tem esse direito de o fazer, direito, enfim, mas poderá fazê-lo daqui por uns tempos, não é? Como é que eu lido com isso? Não sei.”

(Mãe da Família 3)

No que diz respeito à procura da família biológica, quatro famílias consideram este tema como um motivo para a existência de serviços de pós-adoção, bem como um motivo para a procura deste serviço, o que justifica a necessidade de profissionais especializados na área.

“E, portanto, aqui é preciso acautelar estas situações mesmo quando nós achamos que temos o controlo, é preciso acautelar e que eles consigam manifestar as frustrações, as emoções que estão a sentir a alguém que os possa apoiar, que não somos nós porque há certas coisas que eles não nos podem transmitir e não nos conseguem transmitir propriamente pela posição que nós temos claramente, apesar de nós tentamos fazer esse papel é sempre preferível ter alguém com quem eles podem falar e manifestar as suas emoções e o que é que sentem e o que é que não sentem numa situação desde género, claramente aí sim acho que o apoio é fulcral nessas alturas.” (Pai da Família 2)

“Nessa situação eu acho que sim porque pronto, ela é nossa filha, não é? Portanto, nós gostamos dela e eu acho que para nós, mas eu acho que nem é tanto por nós, sobretudo por ela porque com 18 anos é maior, mas é adolescente ainda, não é? Portanto, e essa informação, lidar com essa informação, eu acho que aí, se calhar, os técnicos eram muito importantes porque nós somos pais, não somos técnicos e eles têm uma experiência, relativamente a isso terão outra experiência, não é?”

(Mãe da Família 1)

A família 1 acrescenta ainda a importância dos próprios pais aprenderem a lidar com este assunto para que não reajam apenas de modo intuitivo. Outra das famílias classifica

este momento como “extraordinariamente importante”, razão pela qual encara o apoio de profissionais especializados como essencial quer para a sua filha, quer para eles próprios. Outra família aborda ainda a perspetiva do casal, argumentando que é importante estar em sintonia sobre a forma como deve conversar com os filhos sobre a procura da família biológica para evitar que assumam posturas diferentes, sendo por este motivo fundamental que sejam aconselhados conjuntamente por especialistas.

Quando questionadas sobre a eventual estruturação de um serviço de adoção, as profissionais refletiram essencialmente sobre as respostas necessárias, bem como sobre as áreas de formação que deveriam ser exigidas, evidenciando o serviço social e a psicologia, bem como a existência de educadoras, face às questões relacionadas com o desenvolvimento infantil. A formação na área familiar sistémica é igualmente destacada. As profissionais consideram ainda necessária a intervenção de pessoas com experiência na área, salientando-se os conhecimentos obtidos através da prática no terreno.

“Acho que é muito mais enriquecedor perceber que as pessoas têm formações diferentes e que nessa diversidade nos enriquecemos e nos completamos do que termos necessidade de nos intitularmos por uma coisa única que não é porque o psicólogo tem uma formação e o assistente social tem outra formação, não é? Porque depois dentro disto há a terapia familiar e há quem não tenha formação em terapia familiar (...) Acho que é muito mais difícil trabalhar com famílias adotivas sem ter formação na área familiar sistémica, mas é o possível, não é?”

(Psicóloga, Serviço de Adoção, SCML)

“Eu acho que é importante que haja técnicos de várias áreas e acho que é sempre uma mais-valia porque cada um de nós olha para as coisas de uma maneira completamente diferente. Agora, eu acho que têm que ser pessoas cada vez mais especializadas nesta área (...) cada família tem a sua especificidade e só o trabalho diariamente com as famílias é que nos dá este *know-how*, eu acho.”

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

No que diz respeito às possíveis respostas, começando pelas características mais gerais, as profissionais da SCML destacam a importância da realização de triagens, de modo a perceber quais as necessidades das famílias adotivas, bem como quais precisam de

acompanhamento em pós-adoção. Acresce ainda a preocupação relacionada com a receptividade das famílias, em virtude das profissionais considerarem ser difícil acompanhar as famílias por dois motivos: pela disponibilidade a nível de tempo ou pelo interesse das mesmas em serem novamente acompanhadas.

“(…) tentar construir uma coisa que não seja muito invasiva e que não exija muito dos adotantes em termos de momentos porque verdadeiramente temos este feedback de que não é fácil e não é assim tão desejado pelas pessoas que voltemos a aparecer nas suas vidas.”
(Jurista, Serviço de Adoção, SCML)

“Acho que o pós-adoção para mim passaria por fazer uma triagem, depois dessa triagem ver o que é que é para ficar no serviço, se é acompanhado em pós-adoção, o que é que não é pós-adoção, o que é que faz parte da vida das pessoas e, portanto, que são coisas mais pontuais, acho que seria um bocado disso.”
(Psicóloga, Serviço de Adoção, SCML)

A realização de visitas domiciliárias e a articulação entre serviços são aspetos defendidos pelas profissionais de ambas as entidades.

“Por outro lado da necessidade de fazer as visitas com que carácter, não é? O que é que nós vamos observar e avaliar nessas visitas, que necessidades há ou não? E, para isso é preciso fazer uma triagem e podem existir situações mais particulares que o serviço não tem capacidade de resposta, nós podemos identificar uma necessidade de acompanhamento psicológico da mãe ou do pai ou do que for e nós como serviço não temos competência para o fazer e, portanto, temos também que ter, estar munidos de recursos no exterior para poder encaminhar.” (Psicóloga, Serviço de Adoção, SCML)

“A mim faz-me muito sentido aquilo que a colega estava a dizer, de se continuar a fazer as visitas (...) Portanto, é preciso que haja esse acompanhamento e às vezes há coisas que só *in loco* é que se consegue realmente perceber (...)”
(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

“O que nós gostaríamos também que houvesse era muito mais articulação entre os serviços, lá está isso é uma coisa que não podemos ser nós a criar, o que nós podemos

criar, estamos a tentar criar, que houvesse mais articulação e que se olhasse mais para os serviços, para as entidades que já fazem estes serviços (...)"

(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

Verifica-se que as profissionais estão em sintonia, no que se refere às possíveis respostas de um serviço deste tipo, evidenciando-se os grupos de apoio.

"(...) a mim faz-me sentido a questão da formação dos grupos de partilha que é feito, não é? Que a colega já referiu, muito importante essa troca de experiências e de partilha entre famílias adotivas, dar formação às pessoas, há que fazer uma triagem inicial das necessidades, não é?"

(Psicóloga, Serviço de Adoção, SCML)

"Exato (...) da maneira que estamos a estruturar com estas famílias, com estes grupos de apoio que possam dar o acompanhamento às famílias e também através do acompanhamento psicológico individual para os pais candidatos ou para as crianças e com a terapia familiar, portanto, para já foi o que sinalizámos como necessidade e é isso que estamos a desenvolver." (Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

Também as famílias entrevistadas deram a conhecer as suas perspetivas quanto às respostas necessárias num serviço de pós-adoção. Estas encontram-se na Figura 4, onde constam ainda as respostas já existentes e que mais procura têm, segundo a profissional da Associação Meninos do Mundo.

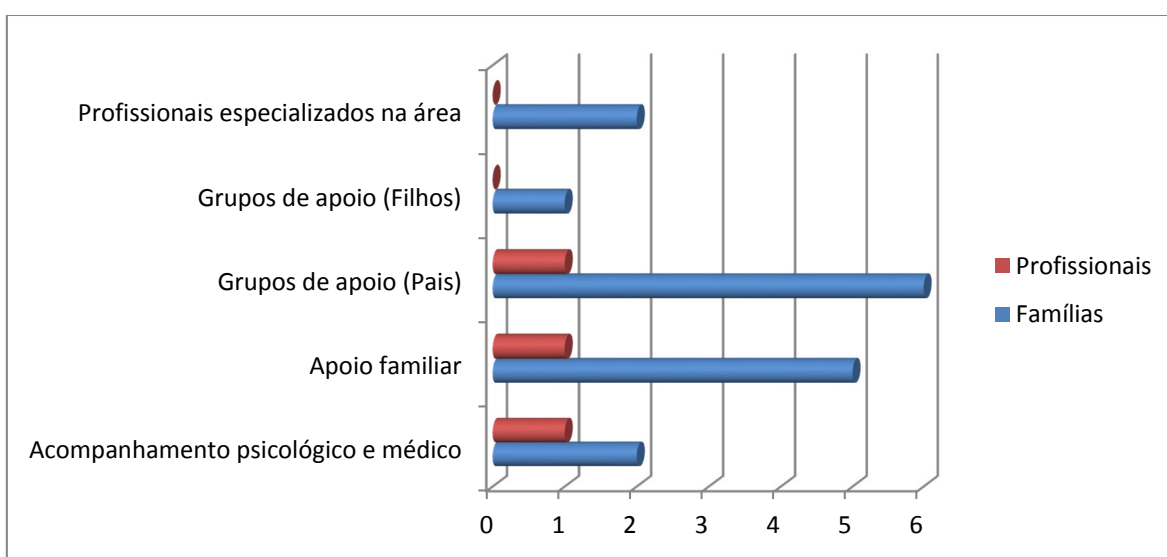


Figura 4: Eventuais respostas de um serviço de pós-adoção.

Os grupos de apoio são a resposta mais evidenciada, referida por seis famílias no total. Destacam-se ainda os grupos de pais, sendo que apenas uma família verbalizou igualmente a importância da existência de grupos para os filhos.

“Até porque depois é assim eles vão crescendo, vão tendo outra maturidade, vão pensando nas coisas e também é importante eles perceberem que há muitos outros meninos na situação deles, que não são os únicos, portanto, que não são um caso à parte.”
(Mãe da Família 1)

“É a parte de haver grupos de pais com filhos adotivos com determinadas características comuns que foram eventualmente causadas pelo que eles passaram em determinadas fases da sua vida, que são de certeza fases comuns, claro que cada criança reage diferentemente, mas é importante esta troca de ideias entre os pais e também a partilha, não é?”
(Mãe da Família 8)

A categoria que se segue designa-se por apoio familiar, sendo que nela se enquadram diferentes tipos de apoio. É possível compreender a necessidade da existência de uma formação parental adotiva, que permita aos pais esclarecerem dúvidas relativas aos comportamentos dos seus filhos. Uma das famílias considera que a realização de *workshops* e de *role-play* são o modo mais indicado para tal, para que através dos mesmos se exemplifiquem situações comuns e formas de reagir perante as mesmas.

“(…) sobretudo a interpretação de comportamentos e qual a melhor forma de lidarmos com as situações na realidade, é sobretudo essa questão, ou seja, é darem-nos o conhecimento que nós não temos para que nós possamos agir em conformidade com as situações que se vão passando, é sobretudo isso. Obviamente que isto é simples dito desta forma, mas é demasiado complexo.”
(Pai da Família 2)

Enquanto consideram que a formação parental adotiva deverá decorrer em grupo, os pais ressaltam igualmente a necessidade de um apoio mais individual e específico a cada família, estando este apoio associado à orientação familiar.

“Darem-nos linhas para nos orientarem, como contornar os vários obstáculos que nos vão aparecendo.”
(Pai da Família 5)

É perceptível que a referência que se apresenta de seguida engloba as possíveis respostas mencionadas anteriormente. No entanto, não especifica a questão comportamental, ao contrário da família citada anteriormente, no que diz respeito à componente formativa.

“Eu acho que acima de tudo orientação, formação, abertura para falar sobre os casos e de alguma forma também a par dessa orientação de haver algumas soluções, alguns métodos de ensino, de relacionamento porque as pessoas não têm formação para isso.”

(Pai da Família 3)

Outra das respostas sugerida pelas famílias caracteriza-se pelo acompanhamento psicológico e médico. O acompanhamento médico é apenas referido por uma família que revela preocupação com a saúde física da sua filha, considerando importante a existência de profissionais especializados que possam acompanhar as crianças/jovens adotados relativamente ao desenvolvimento físico, para que estas não sejam discriminadas pelo facto de serem adotadas. Relativamente ao acompanhamento psicológico, uma família considera-o importante, quer para os pais, quer para os filhos.

“Agora, em termos de terapia para os filhos, para os pais, porque são situações muito, muito específicas, não é? E que não é fácil encontrarmos cá fora (...) para os pais também porque nós às vezes podemos ter imensos problemas e não saber como lidar com as situações, para as crianças também porque eles próprios, eu penso que quando chegam à adolescência isso então é de, a questão de serem adotados pode pôr-se e pode bater forte.”

(Mãe da Família 1)

Por último, duas famílias abordaram uma questão mais geral relativa à importância da especialização dos profissionais na área da adoção.

“(…) em termos de técnicos, de equipas, mas em termos de técnicos de pedopsicologia, pedopsiquiatria, um grupo que fosse concentrado nos vários, além da saúde física, os outros aspetos todos, um grupo que nós soubéssemos que, precisamos disto, aquele grupo ali é indicado, porque lidam, são técnicos especialistas em adoção.”

(Pai da Família 5)

“(…) E isso faz com que eles se abstraíam da adoção e vejam a criança, que é o que os outros não fazem, veem só a adoção e não veem a criança e justificam na adoção todos os problemas que a criança tem, podem não ser todos, mas a maioria é isto que faz.”
(Mãe da Família 5)

Como se pode observar na Figura 4, as respostas mencionadas pelas famílias vão ao encontro do trabalho desenvolvido pela Associação Meninos do Mundo, cuja profissional destaca os grupos de apoio de pais, a terapia familiar e o apoio psicológico para os filhos.

“Pedem-nos os grupos com os pais e a terapia familiar, o apoio psicológico não nos têm pedido tanto, incrivelmente, nós pensávamos que sim, que eventualmente nos pediriam mais o apoio psicológico para as crianças, mas eu acho que quando souberam que os grupos existiam perceberam que o grupo era uma boa forma de encontrar ajuda entre as outras pessoas iguais, não é? E, então acabam por recorrer enquanto pais para partilhar e para tentar perceber como é que vão fazer para lidar com um filho depois em casa e depois quando já há ali alguma rutura acabam por pedir enquanto família.”
(Assistente Social, Associação Meninos do Mundo)

IV. Discussão dos Resultados

Neste capítulo serão discutidos os resultados obtidos em função dos objetivos do presente estudo, enquadrando-os nas várias investigações teóricas já realizadas sobre o tema da adoção.

Considerando a possibilidade de se anteciparem eventuais dificuldades sentidas pelas famílias e necessidades de apoio para essas famílias, tendo em conta as características dos pais adotivos e da criança/jovem adotado, as profissionais entrevistadas referiram que se podem perspetivar algumas dificuldades após a conclusão do processo de adoção. Vários autores defendem que determinadas características dos pais adotivos e das crianças/jovens adotados podem contribuir para a existência de dificuldades na fase de pós-adoção (e.g., problemas comportamentais, emocionais/psicológicos, historial de abusos e de negligência), o que permite identificar quais famílias devem ser encaminhadas para apoio (Barth & Miller, 2001; Barth et al., 1988; Brodzinsky, 1993; McDonald et al., 2001; Rosenthal, 1993; Smith & Howard, 1991, cit. por Dhami, Mandel & Sothmann, 2007). No entanto, as profissionais que participaram no presente estudo destacaram que, por vezes, são antecipados problemas que acabam por não se concretizar e surgem outros que não se estava à espera que surgissem. Esta afirmação pode justificar a identificação de desafios mencionados pelas profissionais que as famílias não identificam, bem como as famílias apontarem desafios não referidos pelas profissionais.

As profissionais identificaram três grandes desafios com os quais as famílias adotivas se confrontam, mas que não foram identificados pelas mesmas. A aceitação e conhecimento da história de vida da criança é um dos desafios, caracterizado como uma das particularidades vivenciadas apenas pelas famílias adotivas. Importa lembrar que a aceitação de que se fala encontra-se relacionada com duas questões: a ausência dos pais no passado da criança, seja este positivo ou negativo, e a dificuldade dos pais em aceitar o passado triste do qual os seus filhos foram alvo, dado que, como se sabe, as crianças encaminhadas para a adoção, na sua grande maioria, viveram experiências traumáticas nas suas famílias de origem (Salvaterra, 2014). Este facto leva a que, muitas vezes, os pais adotivos tenham o impulso de responsabilizar a família biológica pelas características dos seus filhos, o que é compreensível (Filho, 2009). Neste sentido, as profissionais consideraram ser desafiante para os pais perceberem o que é específico da adoção e o que não é, destacando os comportamentos das crianças/jovens, ou seja, é fundamental para

estes entenderem o que será considerado desenvolvimento normativo e o que poderá estar especificamente associado à adoção, no seu aspeto mais global.

Curiosamente, e ao contrário do que é referido na literatura, a maioria dos pais adotivos entrevistados não encarou a revelação da adoção como uma questão desafiante, questão esta que os estudos demonstram ser uma das etapas que mais inquietam os pais e onde existem mais tabus ou dificuldades (e.g., Mateus e Relvas, 2002). No estudo de Huber e Siqueira (2010) quatro casais entrevistados consideraram que iriam sentir receio quando chegasse o momento de falar com os seus filhos sobre a situação de adotabilidade. No entanto, este estudo reflete uma preocupação antecipada ao momento, em virtude destes casais se encontrarem, na altura, em lista de espera. Para Brodzinsky (2011), partilhar informações sobre a adoção com os filhos e ajudá-los a perceber o significado e a implicação de serem adotados, identificam-se como os principais desafios vivenciados pelos pais adotivos. É assim possível concluir que os estudos citados vão ao encontro do que as profissionais defendem, ou seja, que a revelação da adoção é um dos desafios da parentalidade adotiva, no entanto, para as famílias adotivas desta investigação não existiram constrangimentos quanto a este tema por diversas razões, como o facto de terem esclarecido dúvidas sobre o mesmo na fase de pré-adoção ou através da partilha de experiências com outras famílias adotivas.

Apenas uma família se manifestou sobre a comunicação intrafamiliar, estando em sintonia com as profissionais, tendo estas verbalizado ser um desafio explicar à criança/jovem o motivo pelo qual foi adotada, por se falar sobre o passado da criança e sobre os seus pais biológicos. Por outras palavras, a diferença entre a revelação da adoção e esta comunicação está na abordagem sobre a família biológica, o que não acontece necessariamente no momento da revelação. A família que identificou esta questão como desafiante destaca o constrangimento que sentiu ao explicar aos seus filhos as razões pelas quais não puderam ficar com os seus pais biológicos. Filho (2009) reflete que as crianças/jovens adotados têm necessidade de ouvir dos pais adotivos todas as informações significativas da sua história de vida, em virtude de terem construído um novo vínculo afetivo com os mesmos. No entanto, Salvaterra e Veríssimo (2008) argumentam que os pais adotivos não devem denegrir a imagem dos pais biológicos, colocando-os numa posição neutra, opinião que vai de encontro à das profissionais da presente amostra. Para Brodzinsky (2006, cit. por Barbosa-Ducharne, 2012), quando a comunicação é aberta e

fluída entre os pais e os seus filhos, os níveis de autoestima das crianças/jovens são superiores.

Outros temas foram identificados em simultâneo quer pelas profissionais, quer pelas famílias entrevistadas, como os comportamentos das crianças, que além de desafios são também considerados dificuldades e preocupações para as famílias adotivas. Filho (2009) defende que a afetividade e paciência com as reações “agrado-agressão” da criança são o início do processo de transposição do vínculo afetivo para a família adotiva. Embora os pais tivessem alguma noção de como poderia ser complicado estabelecer relações com os seus filhos, em virtude da história de vida dos mesmos, não pensaram que seria tão complexo lidar com comportamentos agressivos, rebeldes e de manipulação. Acresce ainda o facto do estabelecimento da relação de vinculação exigir tempo, especialmente nas famílias adotivas. Estes fundamentos justificam a necessidade de um acompanhamento mais duradouro, pois como referiram as profissionais a construção de uma família demora tempo. No entanto, enquanto as famílias referiram que as questões comportamentais começaram a manifestar-se após a chegada das crianças, estando estas em idade pré-escolar, a profissional da Associação Meninos do Mundo referiu que a instituição é essencialmente procurada para apoio nesta questão na fase da adolescência.

Também as novas regras e rotinas, que os pais adotivos tentam estabelecer, foram caracterizadas como desafiantes, difíceis e alvo de preocupação. Salvaterra (2014) considera que é difícil os pais ensinarem novos modelos relacionais aos seus filhos, em virtude de não existir uma relação prévia com os mesmos. Além deste obstáculo sentido pelas famílias adotivas, estas estão de acordo com a profissional da Associação Meninos do Mundo relativamente ao estabelecimento de regras e rotinas com os filhos, dado que têm receio que os filhos “deixem de gostar” dos pais. Segundo a experiência da profissional, os pais optam por aceitar as atitudes dos filhos pelo motivo apresentado ou pelo que a sociedade poderá dizer sobre este assunto. Outra das hipóteses vai ao encontro da perspectiva de Filho (2009), mencionando que os pais, por vezes, definem normas e regras forçadas com objetivo de moldar o comportamento do filho à família.

Nas palavras de Weber (2012, p.94), “comunidades que falam pouco sobre o tema, que têm uma representação limitada e errónea dos filhos adotivos tornam mais complicada a tarefa da construção de identidades de pais e de filhos”. Tal como referiu a profissional da Associação Meninos do Mundo, a sociedade não se encontra preparada para as

diferenças que existem entre as famílias adotivas e as famílias não adotivas, e por este motivo as famílias adotivas são alvo de discriminação. Neste sentido, de acordo com a experiência da profissional acresce como desafio a comunicação com a sociedade, destacando-se especificamente a escola, sendo desafiante para as famílias adotivas, pais e filhos, falarem sobre a sua constituição. Os pais adotivos referiram como desafios e dificuldades, a discriminação de familiares, por parte do meio escolar e de profissionais não especializados em adoção, o que reflete a perspetiva da profissional da Associação Meninos do Mundo. Ferreira, Pires e Salvaterra (2004) abordam o conceito de aceitação familiar, explicando que podem existir familiares relutantes, alguns numa fase inicial, sentindo o acolhimento da criança/jovem adotado como um choque, face à inexistência de laços biológicos, sendo que esta questão poderá ser mais evidente se a criança/jovem for de uma raça diferente. Mais uma vez, Weber (2012) refere que nas escolas não se dá a conhecer a adoção como uma outra forma de filiação, o que pode justificar a discriminação, por não ser encarada como natural. Neste sentido, importa relembrar que uma família apontou o caso da professora primária tratar a criança adotada de um modo diferente. A discriminação por parte de um profissional sem conhecimentos sobre adoção é, no entanto, surpreendente, visto que se os pais procuraram ajuda é porque consideraram necessário e não estavam à espera que um psicólogo desconsiderasse a sua filha pelo simples facto de ser adotada. Por último, ainda nesta categoria é de considerar a discriminação positiva da qual as famílias adotivas são alvo, o que as incomoda, pois não gostam de ser sobrevalorizadas pela decisão que tomaram.

As necessidades específicas da criança são o principal desafio identificado pelas profissionais, que explicaram que as crianças adotadas, por terem necessidades diferentes, exigem que os pais estejam atentos às mesmas para conseguirem dar respostas adequadas. Algumas famílias falaram de situações particulares, como dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima e o facto de uma criança não querer ser alvo de afetos, numa fase inicial. Estes exemplos demonstram a necessidade das crianças serem estimuladas, consoante as suas particularidades. De acordo, com as profissionais esta é uma exigência acrescida para os pais adotivos, que se relaciona com o passado de cada criança. Estes resultados corroboram a perspetiva de Salvaterra e Veríssimo (2008), que referem que, para que os pais adotivos possam ir ao encontro das necessidades dos seus filhos, têm de criar um ambiente adaptado às mesmas.

As famílias adotivas identificaram vários desafios que não foram mencionados pelas profissionais, relacionados com a parentalidade normativa, tais como serem pais pela primeira vez, a responsabilidade de educarem os seus filhos e de lhes transmitirem os valores considerados mais adequados, dinâmicas a nível logístico, fase da adolescência dos filhos, que são considerados tanto dificuldades como preocupações para estas famílias. Acresce ainda como desafio e preocupação, o futuro dos filhos por questões relacionadas com as condições de vida como, emprego e habitação, face à crise económica que o país enfrenta. Uma das famílias mencionou as dificuldades de aprendizagem que a filha apresenta atualmente, que na perspetiva dos pais poderá ou não condicioná-la no futuro. Ora, nas palavras de Mateus e Relvas (2002, p.127), “as famílias adotivas passam por muitas das experiências e pelos mesmos processos de crescimento que outro tipo de famílias”.

A identificação com a criança é, esse sim, considerado um desafio específico da parentalidade adotiva, dado que o sentimento de pertença entre pais e filhos é inquestionável no caso das famílias biológicas, enquanto nas famílias adotivas este se constrói progressivamente (Gomes & Santos, 2012). Importa lembrar que este desafio antecipado, anterior à concretização da adoção, foi verbalizado por duas mães, o que poderá dever-se à ausência da vivência da experiência da maternidade.

A insegurança da consolidação da relação parental é um motivo de sofrimento para muitos pais adotivos (Filho, 2009). Esta situação justifica que a estabilidade e segurança familiar tenha sido um desafio identificado pelos pais. Algumas famílias verbalizaram comportamentos (e.g., manipulação, rebeldia) manifestados pelos filhos que se relacionam com esta questão, dado que põem em causa a existência da mesma. No entanto, não nos podemos esquecer que as crianças têm determinados comportamentos em virtude da sua história de vida. Vinke (2014) defende que é difícil mas também possível reverter as experiências de stress vividas durante a infância. Os pais adotivos devem ajudar a criança a sentir-se integrada na família e a desenvolver um sentimento de segurança e confiança (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998 cit. por Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Algumas necessidades de apoio específicas foram ainda referidas por algumas famílias como desafios com os quais se confrontam, como a inserção dos filhos em equipamentos escolares (pelo facto de as áreas de residência das famílias terem um número elevado de crianças/jovens ou os prazos de inscrição não coincidirem com o momento em

que os pais pretendem inscrever os filhos), ou ainda a necessidade de apoio logístico aquando da adoção de mais do que uma criança ao mesmo tempo (e.g., fratria). Estes resultados mostram, efetivamente, que as necessidades diferem de família para família e que podem ter âmbitos distintos, consoante as características de cada processo de adoção.

As características pessoais são sinónimo de dificuldade e preocupação. As famílias revelaram ter sido difícil lidar com as características dos seus filhos, entre as quais dislexia, défice de atenção, rebeldia. Salvaterra (2014) refere que as crianças que foram alvo de maus tratos ou negligência, maioritariamente, apresentam sequelas orgânicas e psicológicas, persistindo estas mesmo após terem sido retiradas da situação de risco. A autora dá ainda exemplos, tais como: défices cognitivos, atrasos no desenvolvimento, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, ansiedade, depressão, alterações do comportamento, entre outros. Relativamente às preocupações, um casal demonstrou estar preocupado com a saúde dos seus filhos, visto que desconhece o historial de saúde da família biológica e outro casal destaca a sua idade, em virtude da diferença de anos entre o mesmo e a criança adotada. No entanto, Brodzinsky (1987, cit. por Salvaterra & Veríssimo, 2008) identifica como potencialidade o facto dos pais adotivos pertencerem a faixas etárias superiores dado que têm carreiras profissionais mais estabelecidas e consequentemente maior estabilidade financeira.

A procura da família biológica, que pode ser a nível de informações ou mesmo física, é o desafio mais destacado pelos pais, tendo sido igualmente caracterizada com uma necessidade e preocupação, o que é concordante com a literatura. Como refere Salvaterra (2014), o desejo das crianças/jovens em conhecer a família biológica, de obter informações sobre o seu passado e das suas origens, caracterizam-se por tarefas que representam dificuldades nas famílias adotivas. Seja como desafio futuro, preocupação ou necessidade, apenas duas das oito famílias não se encontram categorizadas nestas subcategorias, no que diz respeito à procura da família biológica.

Embora este último tema seja o mais evidenciado, outros desafios, dificuldades, necessidades e preocupações sentidas pelas famílias adotivas justificam a importância de serviços de pós-adoção em Portugal. As profissionais entrevistadas reconhecem a necessidade do acompanhamento pós-adotivo. As profissionais da SCML evidenciaram a parceria existente com o serviço de pós-adoção da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, enquanto a profissional da Associação Meninos do Mundo

destacou os grupos de apoio para os pais adotivos e para as crianças ou jovens adotados, respostas proporcionadas pela instituição. As profissionais refletiram que as famílias ao recorrerem aos serviços existentes demonstram que a intervenção na fase de pós-adoção é necessária e que o acompanhamento proporcionado às famílias até à decretação da adoção não é suficiente. Esta perspectiva vai ao encontro do que argumenta Torres (2014), que considera que face às especificidades da parentalidade adotiva as famílias adotivas não devem “ser deixadas” sem apoio, sendo necessário colocar à sua disposição respostas, com o objetivo de prevenir ou enfrentar dificuldades. Todavia, as profissionais consideram que, durante o processo de adoção, muitas famílias não demonstram ainda estar recetivas a um possível acompanhamento na etapa pós-adotiva. Por este motivo defendem que os serviços de pós-adoção não devem ser intrusivos, face à disponibilidade a nível de tempo ou mesmo pelo interesse das famílias em serem acompanhadas. Esta última reflexão partilhada pelas profissionais é bastante interessante e se pensarmos na informação dada pelas famílias sobre a obrigatoriedade do acompanhamento pelos eventuais serviços de pós-adoção, das quatro que se manifestaram sobre este assunto, três consideram que este deve ser opcional.

Sobre a existência ou não de diferentes níveis de necessidades de apoio sentidas pelas famílias adotivas, as profissionais consideram que a existência ou não da necessidade de apoio está intimamente relacionada com os recursos internos de cada família, tais como: capacidade de adaptação, de ajuste e de resposta aos momentos críticos, recursos esses que podem variar de família para família, em virtude da história da família, quer nas famílias adotivas, que nas famílias não adotivas. Na perspectiva de Salvaterra (2014), os pais adotivos devem ter recursos internos de modo a conseguirem lidar com os desafios específicos da parentalidade adotiva. As profissionais falaram ainda sobre a falta de suporte familiar, que pode justificar uma maior necessidade de apoio, podendo esta ausência dever-se à constituição da própria família, à existência de problemas relacionais entre familiares ou à não-aceitação da adoção pela família alargada. Em relação, a esta última possibilidade, a literatura diz-nos que é mais benéfico para a criança/jovem adotado quando toda a família o aceita, pois mais facilmente se sentirá integrado na sua nova família, bem como se evita que pais e filhos passem por obstáculos desnecessários (Filho, 2009).

Quando solicitado, o serviço de adoção da SCML presta apoio às famílias adotivas, dado que uma das suas competências passa por garantir um serviço permanente de

atendimento e informação ao público em geral e apoiar as famílias constituídas após a adoção caso estas manifestem vontade e/ou necessidade de tal acompanhamento.⁷ Os jovens procuram o serviço de adoção para conhecer a sua história de vida ou para confirmar a informação que foi transmitida pelos pais adotivos. Como refere Filho (2009), todas as pessoas têm direito a ter acesso à sua biografia. Os jovens adultos recorrem também ao serviço com o intuito de conhecer irmãos e não tanto os pais biológicos. Torres (2014) afirma que o número de jovens adotados que pretendem conhecer as suas origens e que querem entender porque não puderam ficar com a sua família biológica tem aumentado. Por último, as profissionais referiram ser procuradas para esclarecer dúvidas aos pais adotivos relativas à revelação da adoção, embora este tema seja bastante trabalhado durante as sessões informativas. Em virtude do trabalho desenvolvido pela Associação Meninos do Mundo, a profissional acrescentou ainda que os jovens adotados também procuram a Associação com o intuito de perceberem se os outros jovens têm histórias de vida idênticas às deles, quais os motivos para terem sido adotados, se os outros se comportam do mesmo modo com os pais adotivos, etc.. A instituição é ainda procurada para dar apoio em situações relacionadas com a comunicação intrafamiliar e extrafamiliar, discriminação, comportamentos e face à dificuldade dos pais adotivos em distinguir o que faz parte do desenvolvimento normativo do que é específico da adoção, pelas razões explicadas anteriormente.

Tal como as profissionais, as famílias deram a conhecer os motivos que justificam a existência de serviços de pós-adoção em Portugal e igualmente os motivos que as levariam a deslocarem-se aos mesmos. As famílias destacam a importância de profissionais especializados na área, identificada igualmente como necessidade e preocupação, em virtude da formação e experiência ser fundamental para apoiar as famílias em vários aspetos relacionados com a adoção. As famílias consideram que os eventuais serviços de adoção devem ser constituídos por especialistas na área, sejam eles assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, médicos, entre outros. Também as profissionais, no que diz respeito às áreas de formação, destacam o serviço social, a psicologia, a educação, bem como a formação na área familiar sistémica e a experiência na área da adoção. Estas perspetivas cruzam-se com o que a literatura nos diz, pois Fahlberg (1997) afirma que os serviços de pós-adoção devem ser constituídos por profissionais que compreendam

⁷ http://www.scml.pt/pt-PT/areas_de_intervencao/acao_social/infancia_e_juventude/adocao/ (último acesso em 26 de Agosto de 2014).

questões relativas à adoção e Smith (2006b, cit. por Palacios, 2007), sendo mais específico, considera que estes profissionais devem ter conhecimentos sobre saúde mental infantil, terapia familiar sistêmica, modelos educativos familiares terapêuticos, entre outros. O acompanhamento especializado é maioritariamente referido quando os pais mencionam a procura da família biológica, que classificam como um momento “extraordinariamente importante”. Os pais gostariam de ser apoiados conjuntamente para saberem lidar com este tema e que os seus filhos fossem também acompanhados para melhor gerirem a informação. De todas as categorias mencionadas pelas famílias, estas duas caracterizam-se por motivos para a existência e motivos para a procura de um serviço de pós-adoção. É de relembrar que a procura da família biológica foi o desafio mais categorizado pelas famílias (seis) e embora não tenha sido mencionado pelas profissionais como um dos principais desafios, as profissionais da SCML referiram ser um dos motivos que leva as famílias a procurarem o serviço.

Como motivos para a existência dos serviços, as famílias mencionaram a falta de suporte familiar e social, já que algumas famílias podem sentir-se sozinhas e inseguras em algumas situações, não tendo a quem recorrer. Recorde-se que esta ausência de suporte foi referida pelas profissionais para justificar a existência ou não de diferentes níveis de necessidades de apoio sentidas pelas famílias adotivas.

O facto das crianças/jovens terem características pessoais diferentes, em função da sua história de vida, é também considerado um motivo para a existência dos serviços. Nas palavras de Bornstein e Suwalsky (2014, p.165), “(...) as crianças adotadas experienciam percursos de vida multifacetados e diversificados”.

Os comportamentos, apesar de referidos apenas por uma família têm um peso importante que justificam o motivo que levaria esta família a procurar um serviço de pós-adoção. Como disse a profissional da Associação Meninos do Mundo, a instituição é procurada por pais que têm dificuldade em lidar com os comportamentos dos filhos, sobretudo na fase da adolescência. No caso da família em questão, as dificuldades vivenciadas ao nível comportamental começaram a surgir logo após o acolhimento das crianças. O medo, receio, nervosismo, desconfiança, chamadas de atenção, sentimentos de perda, inquietude e rejeição caracterizam-se por comportamentos manifestados pelas crianças numa fase inicial, que os pais adotivos podem ter dificuldade em interpretar (Torres, 2014).

Um dos temas mais pertinentes da presente investigação é a eventual estruturação dos serviços de pós-adoção, quer na perspetiva das profissionais, quer das famílias. Abordando características gerais destes serviços, as profissionais consideram importante a realização de triagens, de modo a perceber as necessidades das famílias adotivas, bem como quais é que precisam de acompanhamento em pós-adoção. Como defendem Dhami, Mandel e Sothmann (2007), é essencial definir as respostas dos serviços de pós-adoção, segundo as necessidades das famílias e identificar as famílias que podem vir a necessitar dos mesmos. As profissionais refletiram ainda sobre a realização de visitas domiciliárias e a articulação entre os serviços. Em relação à primeira, consideram que há certos aspetos que só *in loco* se conseguem observar, no entanto, as visitas ao domicílio devem ser ponderadas, ou seja, perceber o que se pretende avaliar com as mesmas. Em relação à articulação com os serviços, evidencia-se o estabelecimento de parcerias com as entidades que têm conhecimento e prática em pós-adoção e também a necessidade de existirem mais recursos para que as entidades possam encaminhar situações quando não conseguem dar resposta.

Relativamente às respostas especificamente, as profissionais estão em sintonia, destacando-se os grupos de apoio pela importância que tem as famílias partilharem experiências, ajudando-se mutuamente, tendo também o acompanhamento psicológico e a terapia familiar sido mencionados.

Os grupos de apoio para os pais caracterizam-se igualmente pela resposta mais evidenciada pelas famílias entrevistadas, sendo que apenas uma família verbalizou a importância de grupos para os filhos. Também de acordo com um estudo referenciado por Barth e Miller (2000),⁸ os grupos de apoio para pais foram considerados pelos pais adotivos como a resposta mais benéfica dos serviços de adoção.

As famílias abordaram a importância da realização de *workshops* e de *role-play* para que através dos mesmos se exemplifiquem situações comuns e como reagir perante as mesmas. Esta necessidade está essencialmente relacionada com a errada interpretação que os pais por vezes têm dos comportamentos dos filhos, o que conseqüentemente leva a estratégias educativas desadequadas. Duas respostas concretas foram identificadas pelas famílias, as formações parentais específicas sobre adoção e a orientação familiar, sendo que a primeira seria em grupo e a segunda mais individual e adaptada a cada família.

⁸ Estudo realizado com 204 famílias adotivas do estado de Illinois na década de 90.

Embora os exemplos dados sejam relativos às questões comportamentais, as famílias consideram que o apoio familiar deve abranger os vários temas relativos à adoção. A literatura reflete as necessidades identificadas pelas famílias adotivas, pois como referem Dhami, Mandel e Sothmann (2007, p. 163) “(...) workshops educacionais e orientação familiar podem ajudar a promover a compreensão de aspetos da adoção e a fortalecer as relações familiares”.

Outra das respostas sugerida pelas famílias é o acompanhamento psicológico e médico. O acompanhamento médico é apenas referido por uma família, que considera importante a existência de profissionais especializados que possam acompanhar as crianças/jovens adotados relativamente ao desenvolvimento físico, para que estas não sejam discriminadas pelo facto de serem adotadas. Importa mencionar que esta especificidade não foi encontrada na literatura. Relativamente ao acompanhamento psicológico, uma família considera importante, quer para os pais, quer para os filhos, em virtude da especificidade do tema da adoção, perspectiva esta que se cruza com a de Berger (1998), que sobre os filhos, considera que face às consequências do seu passado traumático podem necessitar de acompanhamento terapêutico. No entanto, seja para os pais, seja para os filhos, a perspectiva das famílias entrevistadas e da profissional da Associação Meninos do Mundo vão ao encontro de outros estudos, dado que segundo os mesmos as famílias adotivas preferem uma intervenção educativa, de apoio e de acompanhamento, em vez de uma intervenção clínica tradicional (Lernerz et al, 2006, Lahti, 2006, cit. por Palacios, 2007).

Em suma, as principais respostas identificadas pelas famílias e pelas profissionais são: grupos de ajuda para pais, acompanhamento psicológico para os filhos, sendo que em comum acresce ainda a questão da especialização dos profissionais. Apenas referido pelas famílias destaca-se, dentro do apoio familiar, a importância da realização de *workshops* e de *role-play*, bem como o acompanhamento médico. A profissional da Associação Meninos do Mundo evidencia a importância da terapia familiar que pode ir, de certa forma, ao encontro da orientação familiar, designada pelas famílias. Ribeiro (2008) refere que a orientação familiar, que deriva do *counseling*, tem como objetivo apoiar a família no aprofundamento das questões que a motiva a pedir ajuda de modo a encontrar soluções para os problemas identificados na dinâmica familiar, enquanto a terapia familiar consiste no tratamento e cura de disfunções familiares, avaliando problemas mais profundos.

As respostas identificadas pelos dois grupos de participantes cruzam-se com as perspetivas de vários autores e com entidades que proporcionam serviços de pós-adoção noutros países. Barth, Gibbs e Siebenaler (2001, cit. por Palacios, 2007) identificam quatro tipos de intervenção necessários nos serviços de pós-adoção: educativa-formativa (e.g., reuniões e seminários), clínica, facilitadora de redes de apoio (grupos de autoajuda e grupos coordenados por profissionais) e assistencialista (apoio económico), sendo que esta última não foi apontada pelas famílias entrevistadas, nem pelas profissionais.

O serviço de pós-adoção do Instituto Madrileno do Menor e da Família estabeleceu cinco áreas de atuação, tais como: formação (e.g., palestras e *workshops*), orientação individual, apoio terapêutico em família ou individualizado, grupos de apoio, mas também acompanhamento terapêutico na procura da família biológica, para os jovens adotados e pais adotivos (Creste, 2008). Embora as famílias do presente estudo não tenham identificado especificamente esta última resposta, verbalizaram a importância de profissionais especializados nos serviços de pós-adoção para as apoiarem com o tema da procura da família biológica.

As respostas dos serviços pós-adoção mais procuradas, de acordo com o estudo publicado em 2010 pelo Instituto de Adoção Evan B. Donaldson (New York), são: ajuda económica e assistência médica, apoio social e grupos de apoio, aconselhamento e intervenção clínica, apoio ao nível educativo e advocacia e coordenação de serviços. Mais uma vez, a questão económica e a advocacia não foram mencionadas pela nossa amostra. Já a coordenação de serviços foi defendida pelas profissionais, como uma característica mais geral dos eventuais serviços de pós-adoção.

V. Conclusão

A presente investigação teve como principal objetivo conhecer a perspetiva dos profissionais e das famílias adotivas sobre a necessidade de serviços de pós-adoção em Portugal. As famílias adotivas porque vivenciam os desafios inerentes à parentalidade adotiva e os profissionais porque, com a sua prática, se tornam especialistas em compreender e apoiar as famílias nesses desafios. Através dos resultados foi possível perceber que ambos os grupos de participantes reconhecem a necessidade de serviços de pós-adoção e que revelam concordância em relação a vários aspetos da adoção, bem como têm perspetivas diferentes sobre algumas particularidades.

A importância de profissionais especializados que possam vir a integrar os eventuais serviços de pós-adoção é um dos pontos-chave e em comum, em virtude do conhecimento e da experiência serem uma mais-valia. As famílias adotivas associam, maioritariamente, esta importância à procura da família biológica, sendo este o desafio que mais inquieta os pais. Acrescem ainda como motivos para a criação de serviços de pós-adoção, a falta de suporte familiar e social, as características das crianças que diferem em função da sua história de vida e a dificuldade que os pais sentem em lidar com os comportamentos das mesmas. As profissionais reconhecem a importância dos serviços pelo facto de considerarem que o acompanhamento às famílias é insuficiente, dado que a construção de uma família demora tempo, tempo esse superior ao acompanhamento proporcionado. As profissionais referiram as razões pelas quais são procuradas para apoiar as famílias adotivas, entre as quais a aceitação e conhecimento da história de vida, a procura da família biológica, ambas despoletadas pelos jovens adotados; a revelação da adoção, a comunicação intrafamiliar e extrafamiliar, discriminação, questões comportamentais e relativas ao desenvolvimento normativo comparativamente com a adoção, sendo estas essencialmente procuradas pelos pais adotivos.

A aceitação e conhecimento da história de vida, a dificuldade dos pais adotivos em distinguir o que faz parte do desenvolvimento normativo do que é específico da adoção e a revelação da adoção caracterizam-se por desafios vivenciados pelas famílias adotivas e identificados apenas pelas profissionais entrevistadas. Compreende-se que estes desafios refletem a experiência das profissionais do serviço de adoção da SCML e da profissional da Associação Meninos do Mundo. No entanto, apesar de serem igualmente procuradas para dar apoio quando os jovens pretendem procurar a família biológica, não apontaram

este tema como desafiante, provavelmente por não ser muito frequente, contrariamente aos outros. Esta situação demonstra a diferença de perspectivas entre as famílias e as profissionais, dado que a procura da família biológica é o desafio mais evidenciado pelas famílias. Outra diferença identificada entre os dois grupos de participantes diz respeito à revelação da adoção. Enquanto as profissionais estão em sintonia com a literatura, considerando este tema como sinónimo de dificuldades e preocupações, as famílias adotivas entrevistadas não revelaram constrangimentos em relação ao mesmo. Estes resultados são bastante interessantes, dado que as investigações destacam a revelação da adoção e a procura da família biológica como as etapas mais stressantes, quer para os pais, quer para os filhos. No entanto, nem sempre a nossa amostra vai ao encontro das investigações.

Os resultados demonstraram que as famílias e as profissionais estão de acordo com algumas especificidades relacionadas com a parentalidade adotiva. Os comportamentos, as regras e rotinas, as necessidades específicas variam de criança para criança, consoante o seu passado. Estas especificidades exigem que os pais estejam atentos às mesmas e que respondam da melhor forma, embora as profissionais e as famílias reconheçam que esta exigência é complexa. As famílias adotivas têm ainda de lidar com a discriminação, sendo que o meio escolar e familiar são os ambientes mais destacados. No primeiro caso, o preconceito condiciona a comunicação e no segundo reflete-se na falta de suporte familiar, que poderá resultar numa necessidade de apoio. Por último, embora apenas evidenciada por uma família, a comunicação intrafamiliar é de extrema importância para as profissionais, dado que face à situação de adotabilidade das crianças os pais têm de conversar com as mesmas sobre a sua história de vida e os seus pais biológicos.

Ainda como particularidades da adoção, verificou-se que apenas as famílias adotivas falaram sobre a identificação com a criança, que se encontra relacionada com o sentimento de pertença, crescendo progressivamente nas famílias adotivas, ao contrário das famílias biológicas. As famílias adotivas referiram situações relacionadas com a estabilidade e segurança familiar, como o relacionamento entre crianças/jovens adotadas em alturas diferentes, o relacionamento entre filhos adotados e filhos biológicos e comportamentos despoletados pelas crianças/jovens (e.g., manipulação, rebeldia). Ainda sobre este tema os pais verbalizaram a responsabilidade que sentem em proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades, seja a nível afetivo, financeiro, entre outros. Acresce ainda a

discriminação positiva, dado que os pais não gostam de ser sobrevalorizados por terem adotado.

Um aspeto que merece destaque diz respeito às questões relacionadas com a parentalidade normativa, identificadas pelas famílias entrevistadas, o que comprova que as famílias adotivas também passam pelos mesmos processos que as famílias não adotivas. Exemplos como as dinâmicas a nível logístico, educação dos filhos e o seu futuro, refletem o que a literatura nos diz sobre este tema.

Diversos autores defendem que determinadas características podem contribuir para a existência de dificuldades na fase de pós-adoção, sendo possível identificar quais famílias devem ser encaminhadas para apoio. No entanto, segundo as profissionais entrevistadas podem perspetivar-se algumas dificuldades que acabam por não se concretizar e surgirem outras que não estavam à espera que surgissem. De facto, relativamente ao presente estudo vale a pena lembrar que as profissionais identificaram a revelação da adoção como um desafio ao contrário dos pais adotivos e que estes referiram a estabilidade e segurança familiar, que não foi mencionada pelas profissionais. Por último, diferentes níveis de necessidades de apoio sentidas pelas famílias adotivas parecem estar relacionados com a falta de suporte familiar e com os recursos internos de cada família, podendo variar de família para família, em virtude da história da família, o que também acontece com as famílias não adotivas.

Todos estes resultados, uns mais do que outros, refletem a importância da criação de serviços de pós-adoção em Portugal. As crianças adotadas têm necessidades específicas e conseqüentemente os pais adotivos deparam-se com situações particulares, o que torna as famílias adotivas diferentes das famílias biológicas. Adotar é um compromisso vitalício que exige uma enorme responsabilidade e, por este motivo, a sociedade deve proporcionar às famílias adotivas o apoio e orientação necessários para a sua concretização saudável. No entanto, como percebemos as famílias são diferentes, razão pela qual reagem de formas distintas aos problemas que surgem ao longo do ciclo adotivo. Neste sentido, compreende-se que as profissionais tenham evidenciado a importância de realizar triagens para perceber quais as famílias que necessitam de acompanhamento em pós-adoção. As profissionais acrescentaram ainda que os serviços de pós-adoção não devem ser intrusivos, face à disponibilidade a nível de tempo ou mesmo pelo interesse das famílias em serem acompanhadas, até porque muitas famílias demonstram não estar recetivas ao

acompanhamento em pré-adoção. A perspetiva das famílias segue esta linha de pensamento ao verbalizarem que os eventuais serviços de pós-adoção não devem ser obrigatórios, mas sim opcionais, para que possam recorrer quando considerarem necessário.

Sobre as respostas essenciais nos serviços de pós-adoção em Portugal conclui-se que os grupos de apoio para os pais caracterizam-se pela resposta mais importante, quer na perspetiva das famílias, quer na das profissionais. No entanto, dando voz às famílias não nos podemos esquecer das formações parentais específicas sobre adoção, através da realização de *workshops* e de *role-play*, do acompanhamento médico e da orientação familiar. Embora a terapia familiar, proporcionada pela Associação Meninos do Mundo, se distinga da orientação familiar, percebe-se que as profissionais e os pais adotivos estão em sintonia sobre a importância de um apoio individual para cada família, acrescentando em comum o acompanhamento psicológico para os filhos.

Limitações e indicações para estudos futuros

Uma das limitações do estudo encontra-se relacionada com a reduzida dimensão da amostra, uma vez que não é representativa da população de famílias adotivas portuguesas, podendo dizer-se o mesmo relativamente às profissionais que participaram neste estudo. Neste sentido, considera-se necessária a realização de estudos com um maior número de participantes, de modo a perceber se as conclusões a que chegámos se generalizam à restante população, quer das famílias adotivas, quer das profissionais. Mais especificamente, as próximas investigações poderiam realizar-se com famílias de diferentes áreas geográficas, bem como com profissionais de outras instituições.

Contributos

Um dos principais contributos desta investigação prende-se com o facto de não existirem outros estudos em Portugal sobre o tema em questão, o que lhe confere um carácter inovador.

Considera-se que a identificação dos desafios vivenciados na parentalidade adotiva, segundo a perspetiva das famílias adotivas e das profissionais, foi essencial para se perceber as perceções que ambos têm sobre esses desafios e consequentemente perceber

que dificuldades e necessidades devem ser alvo de enfoque e possível intervenção ao longo do ciclo adotivo.

Este estudo permitiu conhecer a opinião das famílias adotivas e das profissionais sobre a estruturação de eventuais serviços de pós-adoção em Portugal, fornecendo pistas para a sua concretização, contribuindo assim para a criação de uma nova resposta que acompanhe a fase pós-adotiva destas famílias.

Bibliografia

Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.

Amaro, F. (1994, Junho). *A Família Adoptiva*. Comunicação apresentada no Congresso Europeu de Adopção, Viseu.

Barbosa-Ducharme, M. (2012). Identidade, adoção, identidade adotiva: reflexão em torno de alguns resultados de investigação. *Cidade Solidária - solidariedade entre gerações*, 27/28, 98-103. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Barth, R., & Miller, J. (2000). Building effective post-adoption services: What is the empirical foundation? *Family Relations*, 49, 447 - 455. Doi: 10.1111/j.1741-3729.2000.00447

Berger, M. (1998). *A criança e o sofrimento da separação: divórcio, adoção, colocação*. Lisboa: Climepsi Editores.

Bornstein, M., & Suwalsky, J. (2014). Risco e resiliência na adoção: Um estudo longitudinal de crianças adotadas em circunstâncias ótimas. In M. Matias e M. Paulino (Eds.), *A criança no processo de adoção: realidades, desafios e mudanças* (pp. 67-77). Estoril: Prime Books.

Brandão, M. (1994, Junho). *A Adopção: Quando e Como?* Comunicação apresentada no Congresso Europeu de Adopção, Viseu.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research In Psychology*, 3, 77-101.

Brodzinsky, D. (2011). Children`s Understanding of Adoption: Development and Clinical Implications. *Professional Psychology: Research and Practice*, 42, 200-207. Doi: 10.1037/a0022415

Creste, L. (2008). El trabajo com familias en riesgo de ruptura. In A. Berástegui e B. Gómez-Bengoechea (Eds.), *Los Retos de la Postadopción: Balance y Perspectivas* (pp.151-156). Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.

Daly, K. (2007). *Qualitative Methods for Family Studies and Human Development*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Dhami, M., Mandel, D., & Sothmann, K. (2007). An evaluation of post-adoption services. *Children and Youth Services Review*, 29, 162-179. Doi: 10.1016/j.childyouth.2006.06.003

Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança: da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.

Diniz, J. (1993). *Este meu filho que eu não tive: a adopção e os seus problemas*. Porto: Edições Afrontamento.

Evan B. Donaldson Adoption Institute. (2010). *Keeping the Promise: The Critical Need for Post-Adoption Services to Enable Children and Families to Succeed*. New York: Evan B. Donaldson Adoption Institute.

Fahlberg, V. (1997a). A Child's journey after adoption. In S. Roszia, A. Baran e L. Coleman (Eds.), *Creating Kinship* (pp.25-30). Portland: University of Southern Maine.

Fahlberg, V. (1997b). Post-adoption services. In S. Roszia, A. Baran e L. Coleman (Eds.), *Creating Kinship* (pp.31-35). Portland: University of Southern Maine.

Ferreira, S., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração...Adoção e comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2, (22), 399-411.

Filho, L. (2009). *Pedagogia da Adoção*. Petrópolis: Editora Vozes.

Foli, K., & Thompson, J. (2006). *A Aventura da Adopção*. Cruz Quebrada: Estrela Polar.

Gomes, A., & Santos, S. (2012). Satisfação Conjugal em Casais Candidatos à Adoção. In M. Calheiros, M. Garrido e S. Santos (Eds.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (pp.157-185). Lisboa: Edições Silabo.

Grau, E., & Mora, R. (2010). Entornos terapéuticos en postadopción. *Información psicológica*, 98, 4-11.

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin e Y.S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Thousand Oaks, CA: Sage.

Huber, M., & Siqueira, A. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspetiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12, 200-216.

Instituto da Segurança Social, IP. (2013). *Guia Prático: Adoção*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.

McGinn, M. (2007). Developmental challenges for adoptees across the life cycle. In R. Javier, A. Baden, F. Biafora e A. Camacho-Gingerich (Eds.), *Handbook of Adoption: implications for researchers, practitioners, and families* (pp. 61-76). Thousand Oaks: Sage.

Leon, I. (2002). Adoption Losses: Naturally Occurring or Socially Constructed? *Child Development*, 73, 652-663.

Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to Parenthood in Adoptive Families. *Developmental Psychology*, 27, 131-140.

Markham, U. (2001). *Guia Elementar: Traumas de Infância*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Mateus, G., & Relvas, A. (2002). Adopção e Parentalidade. In A. Relvas e M. Alarcão (Eds.), *Novas formas de família* (pp. 121-187). Coimbra: Quarteto Editora.

McDonald, T., Propp, J., & Murphy, K. (2001). The Postadoption Experience: Child, Parent, and Family. Predictors of Family Adjustment to Adoption. *Child Welfare League of America, 80*, 71-94.

Mckay, K., Ross, L., & Goldberg, A. (2010). Adaptation to Parenthood During the Post-Adoption Period: A Review of the Literature. *Adoption Quarterly, 13:2*, 125-144. Doi: 10.1080/10926755.2010.481040

Morgan, D. (1996). Focus Groups. *Annual Reviews of Sociology, 22*, 129-152.

Palacios, J. (2009). La adopción como intervención y la intervención en adopción. *Papeles del Psicólogo, 30*, 53-62.

Palacios, J. (2007). Después de la adopción: necesidades y niveles de apoyo. *Anuário de Psicologia, 38*, 181-198.

Palacios, J., & Rodrigo, M. (1998). *Familia y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.

Pivnick, B. (2010). Left Without a Word: Learning Rhythms, Rhymes, and Reasons in Adoption. *Psychoanalytic Inquiry, 30*, 3-24. Doi: 10.1080/07351690903200101

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, M.T. (2008). O casal como ponto nodal da família – diferentes respostas para diferentes pedidos de ajuda. *Conhecer a FCH. Conferências multidisciplinares – Representações da Família e do Espaço Público, 4*, 77-90. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Sá, E., Sottomayor, M., Rosinha, I., & Cunha, M. (2005). *Abandono e Adopção*. Coimbra: Almedina.

Salvaterra, F. (2014). Normalidade ou “excepcionalidade”? O estado da arte na seleção dos candidatos. In M. Matias e M. Paulino (Eds.), *A criança no processo de adoção: realidades, desafios e mudanças* (pp. 67-77). Estoril: Prime Books.

Salvaterra, F., & Veríssimo M. (2008). A Adopção: o Direito e os Afetos. Caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3 (26), 501-517.

Schofield, G., & Beek, M. (2011). *Attachment handbook for foster care and adoption*. London: British Association for Adoption and Fostering.

Silva, R. (1994, Junho). *A Adopção: Perspetivas Europeias*. Comunicação apresentada no Congresso Europeu de Adopção, Viseu.

Sousa, A. (2012). *Problemas da Família e da Criança*. Coimbra: Almedina.

Torres, A. (2014). As adoções têm sucesso quando se trabalha muito e bem: O lugar da adoção no sistema de proteção. In M. Matias e M. Paulino (Eds.), *A criança no processo de adoção: realidades, desafios e mudanças* (pp. 204-217). Estoril: Prime Books.

Torres, A. (2008). El seguimiento: una verdadera oportunidad para la intervención postadotiva? In A. Berástegui e B. Gómez-Bengoechea (Eds.), *Los Retos de la Postadopción: Balance y Perspectivas* (pp.157-161). Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.

Vinke, A. (2014). Adopção, vinculação e neurobiologia: Algumas reflexões sobre a teoria e a prática. In M. Matias e M. Paulino (Eds.), *A criança no processo de adoção: realidades, desafios e mudanças* (pp. 135-155). Estoril: Prime Books.

Watson, K. (1997). Bonding and Attachment in Adoption. *Marriage & Family Review*, 25:3-4, 159-173. Doi: 10.1300/J002v25n03_03

Weber, L. (2012). Caçadores de emoções: famílias por adoção e identidades. *Cidade Solidária - solidariedade entre gerações*, 27/28, 92-97. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Wilson, S. (2004). A current review of adoption research: exploring individual differences in adjustment. *Children and Youth Services Review*, 26, 687-696. Doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.02.013.

Wilson, H. S., & Hutchinson, S. A. (1997). Presenting qualitative research up close: visual literacy in poster presentations. In J. M. Morse (Eds.), *Completing a qualitative project: details and dialogue*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Documentos Legais:

Código Civil

Constituição da República Portuguesa

Convenção sobre os Direitos da Criança

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)

Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto

Apêndices

Apêndice A

Guião de entrevistas realizadas às famílias adotivas

Temas	Objetivos	Questões
Apresentação e aspetos éticos	<p>Apresentação da entrevistadora</p> <p>Apresentar o estudo</p> <p>Fornecer informações sobre a finalidade, objetivos e duração da entrevista</p> <p>Agradecer a disponibilidade da família</p> <p>Garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes</p>	-
Dados sociodemográficos	Obter dados para a caracterização das famílias adotivas	<p>Qual a vossa idade?</p> <p>Quais as vossas habilitações literárias?</p> <p>Qual a vossa zona de residência?</p> <p>Em que ano adotaram o(a) vosso(a) filho(a)?</p> <p>Que idade tinha o(a) vosso(a) filho(a) quando foi adotado(a)?</p> <p>Que idade tem o(a) vosso(a) filho(a) atualmente?</p> <p>Quais os motivos que vos levaram a adotar?</p>
Início do processo adotivo	Enquadrar a entrevista, começando pelo início do processo adotivo	<p>1. Para começar, gostaria que me contassem brevemente a história de adoção do(a) vosso(a) filho(a), desde que iniciaram o processo de adoção até ao momento em que ele(a) foi para vossa casa.</p>

Desafios	Perceber se os pais tinham expectativas sobre possíveis desafios antes de acolherem a criança	2. Quando decidiram tornar-se pais adotivos, quais eram os desafios específicos da parentalidade adotiva que esperavam vir a ter?
	Obter conhecimento dos desafios atravessados pelas famílias no período de pós-adoção	3. Quais são os desafios com que se confrontaram no período de pós-adoção, efetivamente?
	Saber se os pais pensam vir a encontrar desafios na fase de adolescência dos filhos	4. Que desafios esperam vir a encontrar nos próximos anos?
Adaptação	Obter informação sobre a forma como os pais caracterizam o processo de adaptação com a criança	5. Se tivessem de escolher uma palavra para caracterizar o processo de adaptação entre o(a) vosso(a) filho(a) e vocês que palavra escolheriam? O que vos leva a escolher essa palavra?
Dificuldades e Necessidades	Conhecer as principais dificuldades e necessidades sentidas pelas famílias adotivas, após a chegada da criança	6. Que dificuldades e necessidades sentiram desde que acolheram o(a) vosso(a) filho(a)?
	Conhecer se existiram dificuldades ao nível familiar, escolar, entre outros	7. E que dificuldades e necessidades sentiram, em termos de pessoas que estão à vossa volta?
Preocupações	Ter conhecimento de possíveis inquietações que os pais sintam	8. Enquanto pais adotivos, quais são as vossas preocupações, atualmente?

<p style="text-align: center;">Revelação da situação de adotabilidade</p>	<p style="text-align: center;">Adquirir informação sobre a forma como os pais lidaram com as questões relacionadas com a revelação da situação de adotabilidade</p>	<p style="text-align: center;">9. O vosso(a) filho(a) tem conhecimento de que é adotado?</p> <p>Se sim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teve conhecimento dessa informação através de quem? <p><u>Caso tenha sido através dos técnicos da instituição onde a criança se encontrava:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar do(a) vosso(a) filho(a) ter tido conhecimento previamente, sentiram necessidade de lhe dar mais informações sobre este assunto? <p>Se sim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como é que se sentiram ao fazê-lo? - Como é que correu esse processo? - Procuraram algum tipo de apoio para esclarecer dúvidas sobre este assunto? <p>Se sim, o que vos levou a fazê-lo?</p> <p>Se não, porquê?</p> <p><u>Caso tenha sido através dos pais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O que vos levou a contar nesse momento? - Como é que se sentiram ao fazê-lo? - Como é que correu esse processo? - Procuraram algum tipo de apoio para esclarecer dúvidas sobre este assunto? <p>Se sim, o que vos levou a fazê-lo?</p> <p>Se não, porquê?</p>
--	---	---

	Adquirir informação sobre a forma como os pais pensam lidar com as questões relacionadas com a revelação da situação de adotabilidade	<p>Se não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual consideram ser a altura indicada para o fazer? O que vos leva a considerar essa altura ideal? - Como é que imaginam que vai decorrer esse processo? - Consideram que seria útil ter apoio de alguém nesta situação? <p>Se sim, porquê? Se não, porquê?</p>
Família biológica	Adquirir informação sobre o modo como os pais lidaram com as questões relacionadas com a família biológica	<p>10. Alguma vez, o(a) vosso(a) filho(a) vos colocou questões sobre a família biológica?</p> <p>Se sim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como se sentiram? - Como é que correu esse processo? - Procuraram algum tipo de apoio para esclarecer dúvidas sobre este assunto? <p>Se sim, o que vos levou a fazê-lo? Se não, porquê?</p>
	Adquirir informação sobre a forma como os pais perspetivam lidar com as questões relacionadas com a família biológica	<p>Se não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como é que imaginam que vai decorrer esse processo, quando ele(a) o fizer? - Consideram que seria útil ter apoio de alguém nessa situação? Se sim, porquê?

Serviços de pós-adoção	Conhecer a perspetiva dos pais sobre a criação de serviços de pós-adoção	11. Gostariam, que existissem serviços de pós-adoção especializados em Portugal que dessem continuidade ao acompanhamento das famílias adotivas, após a colocação da criança? Se sim, quais os motivos?
	Ter conhecimento da opinião dos pais sobre as principais respostas necessárias nos serviços de pós-adoção	11.1. Se sim, que tipo de respostas gostariam que estivessem disponíveis nesses serviços?
	Conhecer que motivos levariam os pais a deslocarem-se a um serviço de pós-adoção	12. O que vos levaria a procurar apoio num serviço de pós-adoção?
-	Dar liberdade aos pais para comentarem a entrevista e o tema da pós-adoção e para falarem sobre outros aspetos que não tenham sido abordados no decorrer da entrevista e que sejam do seu interesse	13. Gostariam de fazer algum comentário sobre a presente entrevista ou dar a vossa opinião sobre este tema?

Apêndice B

Guião do *focus group* realizado com as profissionais

	Objetivos	Questões
Apresentação e aspetos éticos	<p>Apresentação da entrevistadora</p> <p>Apresentar o estudo</p> <p>Apresentação dos participantes</p> <p>Fornecer informações sobre a finalidade, objetivos e duração do <i>focus group</i></p> <p>Agradecer a presença dos participantes</p> <p>Garantir a confidencialidade e anonimato dos participantes</p>	-
Questão de abertura	Obter conhecimento da função de cada profissional na respetiva instituição/serviço	1. Em primeiro lugar, gostaria que me dissessem a vossa profissão, a instituição que representam e que falassem brevemente sobre o trabalho desenvolvido na mesma.
Questão de introdução	Abordar o tema da adoção de forma positiva	2. Gostaria que partilhassem uma experiência positiva que tenham tido com uma família adotiva e que tenha ficado na vossa memória por vos ter sensibilizado particularmente.
Questão de transição	Conhecer os desafios atravessados pelas famílias no período de pós-adoção	3. Quais consideram ser os principais desafios com que as famílias adotivas se confrontam no período de pós-adoção?

Questões chave	Perceber se os profissionais conseguem identificar eventuais dificuldades e necessidades específicas de cada família, de acordo com as suas características	4. Na vossa opinião, é possível antecipar eventuais dificuldades sentidas por uma família e necessidades de apoio para essa família, tendo em conta as características dos pais adotivos e as da criança ou jovem adotado? Se sim, podem dar exemplos de possíveis dificuldades e necessidades?
	Adquirir conhecimento sobre a existência ou não de diferentes níveis de necessidades de apoio sentidas pelas famílias	5. Consideram que algumas famílias adotivas podem ter mais necessidades de apoio do que outras? Se sim, o que vos leva a concordar com essa afirmação?
	Obter informação sobre os principais motivos que motivam as famílias a procurar apoio	6. Quais os principais motivos que levam as famílias adotivas a procurar apoio especializado?
	Saber qual o tipo de apoio mais procurado	7. Qual o tipo de apoio mais solicitado?
	Conhecer a perspetiva dos profissionais sobre a criação de serviços de pós-adoção	8. Consideram importante a criação de serviços de pós-adoção em Portugal? Se sim, quais as razões para o considerarem?
	Obter conhecimento da opinião dos profissionais sobre a organização dos serviços de pós-adoção	8.1. Se tivessem os recursos necessários nas vossas mãos como estruturariam um serviço de pós-adoção?
		8.1.1. Quais as formações dos profissionais que trabalhariam nesses serviços e quais as funções que desempenhariam?

Questões de finalização	Obter pistas para investigações futuras relacionadas com o tema	9. Se fossem o moderador qual seria a próxima questão que colocariam?
	Dar liberdade às técnicas para falarem sobre aspetos que não tenham sido abordados no decorrer da entrevista sobre o tema	10. Gostariam de acrescentar alguma informação importante sobre este tema, que não tenha sido abordada?

Apêndice C

Pedido de colaboração às profissionais

Exma. Senhora (Função, Instituição, Nome)

Como aluna do Mestrado em Ciências da Família (Com especialização em Orientação e Mediação Familiar), da Universidade Católica Portuguesa, estou a desenvolver um estudo que tem como título: “*Perspetivas dos profissionais e das famílias adotivas sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal*”.

O intuito desta investigação surge face à escassez de estudos sobre a fase pós-adotiva em Portugal e igualmente devido à necessidade de implementação de novas respostas para acompanhar as famílias adotivas após o acolhimento da criança/jovem, em virtude destes apoios serem praticamente inexistentes no nosso país.

Pretende-se com o presente estudo conhecer a perspetiva dos profissionais que lidam no dia-a-dia com as (futuras) famílias adotivas, bem como das próprias famílias adotivas, que vivenciam as dinâmicas familiares e mais facilmente podem dar-nos uma perspetiva das dificuldades e necessidades reais sobre a existência de serviços de pós-adoção em Portugal.

Para a concretização deste estudo, pretendemos realizar dois *focus group* com os profissionais e algumas entrevistas com as famílias adotivas. Os *focus group* com os técnicos têm como objetivo proporcionar a interação entre todos, enriquecendo assim a discussão, de modo a serem partilhadas experiências e ideias por técnicos de várias instituições que acompanham as famílias adotivas em diferentes momentos, i.e., desde o início do processo até à fase de colocação da criança (técnicos dos serviços de adoção) e após o acolhimento (exemplos: grupos de apoio à adoção, consultas de adoção).

O intuito das entrevistas com as famílias adotivas é identificar as dificuldades e necessidades sentidas pelas famílias adotivas desde o acolhimento da criança.

Assim, venho por este meio solicitar a colaboração do vosso serviço/instituição na referida investigação, com a indicação de 3 ou 4 técnicos (de formação diversa) que pudessem integrar os *focus group* (a realizar em setembro próximo, nas instalações da UCP, em data a combinar).

Para qualquer informação adicional, estarei disponível através de email (barbara.nabais.cunha@gmail.com) ou telemóveis (969351117/911533545).

Agradeço desde já a atenção dispensada,
Com os melhores cumprimentos,
Bárbara Nabais

A Orientadora

(Professora Doutora Rita Francisco)

Lisboa, 29 de Julho de 2013

Apêndice D

Pedido de colaboração às famílias adotivas

Exmos. Senhores,

Como aluna do Mestrado em Ciências da Família (especialização em Orientação e Mediação Familiar), da Universidade Católica Portuguesa, estou a desenvolver um estudo que tem como título: *“Perspetivas dos profissionais e das famílias adotivas sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal”*.

O intuito desta investigação surge face à escassez de estudos sobre a fase pós-adotiva em Portugal e igualmente devido à necessidade de implementação de novas respostas para acompanhar as famílias adotivas após o acolhimento da criança/jovem, em virtude destes apoios serem praticamente inexistentes no nosso país.

Pretende-se com o presente estudo conhecer a perspetiva dos profissionais que lidam no dia-a-dia com as (futuras) famílias adotivas, bem como das próprias famílias adotivas, de modo a conhecer a sua perspetiva sobre as dificuldades e necessidades reais relativamente à existência de serviços de pós-adoção em Portugal.

Assim, venho por este meio solicitar a vossa colaboração na referida investigação, através da participação numa entrevista (duração aproximada de 1 hora) em que possam dar-nos a conhecer a vossa perspetiva sobre este tema, a realizar em novembro próximo, em data e local a combinar, sempre de acordo a vossa disponibilidade. A entrevista será gravada em áudio, mas o seu conteúdo é confidencial, com a garantia do seu anonimato.

Para qualquer informação adicional, estarei disponível através de email (barbara.nabais.cunha@gmail.com) ou telemóveis (969351117/911533545).

Agradeço desde já a atenção dispensada,

Com os melhores cumprimentos,

Bárbara Nabais

A Orientadora

(Professora Doutora Rita Francisco)

Lisboa, 30 de Outubro de 2013

Apêndice E

Consentimento informado para as profissionais

Consentimento Informado

No âmbito da investigação com o título: “*Perspetivas dos profissionais e das famílias adotivas sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal*”, enquadrada no Mestrado em Ciências da Família (especialização em Orientação e Mediação Familiar), da Universidade Católica Portuguesa, o presente *focus group* consiste numa das metodologias utilizadas para a concretização deste estudo.

Este *focus group* tem como objetivo proporcionar a interação entre os participantes, de modo a serem partilhadas experiências e ideias por técnicos de instituições que acompanham as famílias adotivas em diferentes momentos, i.e., desde o início do processo até à fase de colocação da criança e após o acolhimento da mesma.

Tenho conhecimento da duração do *focus group* (aproximadamente 90 minutos), bem como do facto deste ser gravado em áudio e o seu conteúdo ser confidencial, com a garantia do meu anonimato.

Tenho igualmente conhecimento de que os dados obtidos neste *focus group* serão apenas utilizados para o desenvolvimento da presente dissertação.

Em virtude de concordar com todas as informações descritas, aceito participar no *focus group* a realizar hoje, dia _____ de _____ de 2013.

(nome)

Apêndice F

Consentimento informado para as famílias adotivas

Consentimento Informado

No âmbito da investigação com o título: “*Perspetivas dos profissionais e das famílias adotivas sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal*”, enquadrada no Mestrado em Ciências da Família (especialização em Orientação e Mediação Familiar), da Universidade Católica Portuguesa, foi-me solicitada a participação na presente entrevista.

Esta tem como objetivo identificar dificuldades e necessidades sentidas pelas famílias adotivas desde o acolhimento da criança, bem como conhecer as suas opiniões sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal.

Tenho conhecimento da duração da entrevista (aproximadamente 1 hora), bem como do facto desta ser gravada em áudio e o seu conteúdo ser confidencial, com a garantia do meu anonimato.

Tenho igualmente conhecimento de que os dados obtidos nesta entrevista serão apenas utilizados para o desenvolvimento da presente dissertação.

Em virtude de concordar com todas as informações descritas, aceito participar na entrevista a realizar hoje, dia _____ de _____ de 2013.

(rúbrica)

Apêndice G

Árvore de Categorias

Categorias	Nº de referências	Nº de famílias	Nº de profissionais
1 - Percepções em relação à adoção	132	8	4
1.1 - Dificuldades e Necessidades	28	6	0
1.2 – Preocupações	29	8	0
1.3 - Desafios	91	8	4
1.3.1 - Desafios Profissionais	15	0	4
1.3.2 - Desafios Famílias	76	8	0
1.3.2.1 - Desafios Famílias Esperados	16	6	0
1.3.2.2 - Desafios Famílias Encontrados	34	8	0
1.3.2.3 - Desafios Famílias Futuros	31	8	0
2 - Características do processo de adoção	189	8	4
2.1 - Aceitação e Conhecimento da história de vida da criança	11	0	4
2.2 - Características pessoais	6	4	0
2.2.1 - Crianças	4	4	0
2.2.2 - Pais	2	1	0
2.3 - Comportamentos	32	4	1
2.4 - Comunicação	7	1	2
2.4.1 - Extrafamiliar	4	0	1
2.4.2 - Intrafamiliar	4	1	2
2.5 - Desenvolvimento normativo individual e familiar	18	6	0
2. 6 - Desenvolvimento normativo vs. adoção	4	0	2
2.7 - Discriminação	12	5	1
2.7.1 - Negativa	9	4	1
2.7.2 - Positiva	3	2	0
2.8 - Estabilidade e Segurança familiar	12	4	0
2.9 - Futuro da criança ou jovem	7	2	0
2.10 - Identificação com a criança	3	2	0
2.11- Necessidades de apoio	9	5	0
2.12 - Necessidades específicas da criança	11	3	4

2.13 - Procura da família biológica	33	6	3
2.14 - Profissionais especializados na área	35	6	0
2.15 - Regras e Rotinas	19	3	1
2.16 - Revelação da adoção	5	0	3
2.17 - Situações inespecíficas	13	7	0
3 - Serviços de Pós-Adoção	124	8	4
3.1 - Motivos para a existência	47	8	4
3.2 - Motivos para a procura	42	7	4
3.3 - Eventuais respostas	55	8	3
3.3.1 - Características gerais	22	0	3
3.3.2 - Acompanhamento psicológico e médico	4	2	1
3.3.3 - Apoio familiar	10	5	1
3.3.4 - Grupos de apoio	11	6	1
3.3.4.1 - Filhos	1	1	0
3.3.4.2 - Pais	10	6	1
3.3.5 - Profissionais especializados na área	5	2	0

Apêndice H

Árvore de Categorias
- Descrição -

Categorias	Descrição
1 - Percepções em relação à adoção	Nesta categoria estão identificadas as principais dificuldades, necessidades, preocupações, desafios vivenciados pelas famílias adotivas relativas à parentalidade adotiva.
1.1 - Dificuldades e Necessidades	
1.2 - Preocupações	
1.3 - Desafios	
1.3.1 - Desafios Profissionais 1.3.2 - Desafios Famílias 1.3.2.1 - Desafios Famílias Esperados 1.3.2.2 - Desafios Famílias Encontrados 1.3.2.3 - Desafios Famílias Futuros	
2 - Características da adoção	Esta categoria engloba essencialmente aspetos relacionados com a parentalidade adotiva.
2.1 - Aceitação e Conhecimento da história de vida da criança	A <u>aceitação</u> refere-se à dificuldade que os pais sentem em aceitar o passado vivenciado pelos seus filhos, maioritariamente, traumático. Para alguns pais, a ausência do acompanhamento da história de vida dos filhos é também uma dificuldade, seja esta positiva ou negativa, pelo facto de não terem conseguido estar presentes desde o início. O <u>conhecimento</u> diz respeito ao interesse que os jovens têm em conhecer ou de confirmar o seu passado, a sua história de vida.
2.2 - Características pessoais 2.2.1 - Crianças 2.2.2 - Pais	Determinadas características pessoais representam dificuldades e preocupações para as famílias adotivas. <u>Crianças</u> : dislexia, défice de atenção, rebeldia e saúde, face ao desconhecimento do historial de saúde da família biológica. <u>Pais</u> : idade, em virtude da diferença de anos entre os pais e os filhos.
2.3 - Comportamentos	As famílias identificaram como necessidade o acompanhamento de profissionais especializados na

	<p>área da adoção face à dificuldade em lidar com os comportamentos (e.g., agressividade, rebeldia, manipulação). Os comportamentos, por vezes, põem em causa a estabilidade e segurança familiar.</p>
<p>2.4 - Comunicação 2.4.1 - Extrafamiliar 2.4.2 - Intrafamiliar</p>	<p><u>Extrafamiliar</u>: destaca-se a comunicação com a escola, sendo difícil para os pais explicarem que os seus filhos são adotados, bem como para as próprias crianças/jovens.</p> <p><u>Intrafamiliar</u>: o explicar à criança/jovem o motivo pelo qual foi adotada, por se falar sobre o passado da criança e sobre os seus pais biológicos.</p>
<p>2.5 - Desenvolvimento normativo individual e familiar</p>	<p>Questões relativas à parentalidade normativa, como ser pai/mãe pela primeira vez, educação, saúde e fase da adolescência dos filhos, dinâmicas a nível logístico, não especificamente associadas à adoção.</p>
<p>2.6 - Desenvolvimento normativo vs. adoção</p>	<p>Dificuldade dos pais adotivos em distinguir o que faz parte do desenvolvimento normativo do que é específico da adoção ou da história de vida dos filhos.</p>
<p>2.7 - Discriminação 2.7.1 - Negativa 2.7.2 - Positiva</p>	<p><u>Negativa</u>: face aos preconceitos sobre o tema da adoção, as famílias revelaram ter sido discriminadas por familiares, amigos, professores e profissionais (não especializados em adoção).</p> <p><u>Positiva</u>: refere-se ao desconforto sentido pelos pais ao serem sobrevalorizados por terem adotado.</p>
<p>2.8 - Estabilidade e Segurança familiar</p>	<p>Situações que põem ou poderão pôr em causa a harmonia familiar, como a relação entre irmãos (e.g., crianças/jovens adotados em alturas diferentes, filhos adotados vs. filhos biológicos), comportamentos despoletados crianças/jovens (e.g., manipulação, rebeldia).</p>
<p>2.9 - Futuro da criança ou jovem</p>	<p>Esta categoria engloba aspetos relativos às dificuldades específicas da criança/jovem adotado e questões normativas relacionadas com as condições</p>

	de vida (e.g., emprego, habitação).
2.10 - Identificação com a criança	Receio particular sentido pelas mães, antes de acolherem os seus filhos, de não se identificarem com eles. Mais especificamente, medo de não os sentirem como seus filhos.
2.11- Necessidades de apoio	Necessidades a vários níveis, como a inserção das crianças/jovens em equipamentos escolares, de logística e devido à falta de suporte familiar e social.
2.12 - Necessidades específicas da criança	Relacionadas com o passado de cada criança e que exigem particularmente a atenção dos pais (e.g., dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima).
2.13 - Procura da família biológica	A procura da família biológica é sinónimo de desafios, dificuldades e preocupações para os pais adotivos. Esta procura pode ser a nível de informações ou mesmo física.
2.14 - Profissionais especializados na área	O acompanhamento de profissionais especializados na área da adoção é uma necessidade identificada pelas famílias e pelos próprios profissionais.
2.15 - Regras e Rotinas	Destaca-se a frustração e a provocação demonstradas pelas crianças face à tentativa de se estabelecer regras e rotinas. Ou os pais aceitam todas as atitudes dos filhos por temerem que deixem de gostar deles ou que a sociedade os critique no modo como educam os seus filhos ou optam por estabelecer regras rígidas por considerarem necessário.
2.16 - Revelação da adoção	Considerado como um dos principais desafios da parentalidade adotiva, a revelação da adoção refere-se ao momento em que os pais transmitem ao seu filho que este é adotado.
2.17 - Situações inespecíficas	Nesta categoria estão presentes referências das famílias que não se enquadram em nenhuma outra categoria, mas que não deixam de ser importantes

	(e.g., expectativa de que a adoção poderia não correr bem).
3 - Serviços de Pós-Adoção	Esta categoria reflete os motivos que justificam a criação dos serviços de pós-adoção, bem como nela constam propostas de estruturação dos eventuais serviços de pós-adoção em Portugal.
3.1 - Motivos para a existência	Principais motivos que justificam a existência dos serviços de pós-adoção, na perspectiva das famílias: <ul style="list-style-type: none"> - Características das crianças/jovens; - Falta de suporte familiar e social; - Profissionais especializados na área; - Procura da família biológica.
3.2 - Motivos para a procura	Principais motivos que levariam as famílias a deslocarem aos serviços de pós-adoção: <ul style="list-style-type: none"> - Comportamentos das crianças/jovens; - Profissionais especializados na área; - Procura da família biológica.
3.3 - Eventuais respostas 3.3.1 - Características gerais 3.3.2 - Acompanhamento psicológico e médico 3.3.3 - Apoio familiar 3.3.4 - Grupos de apoio 3.3.4.1 - Filhos 3.3.4.2 - Pais 3.3.5 - Profissionais especializados na área	Nesta categoria, estão identificadas as respostas necessárias nos serviços de pós-adoção, segundo a perspectiva das famílias e das profissionais. A importância de profissionais especializados é inerente a todas as respostas, sendo que as características gerais dizem apenas respeito às profissionais.